

1 INTRODUÇÃO

As exigências da demanda atual em relação à prática do turismo têm influenciado diretamente na maneira como os municípios piauienses apresentam a sua oferta turística. Alguns governos, agentes do planejamento turístico e turistas têm preocupação com a qualidade ambiental do local nos destinos turísticos, além de que também estão em crescente procura por atividades que sejam diferenciadas, as quais ele possa usufruir de maneira mais saudável do que em seu cotidiano. A tranquilidade diferente dos centros urbanos, aliada à autenticidade do local e o convívio com as comunidades residentes e seus costumes somam na escolha do produto turístico e contribuem para o desenvolvimento do turismo nos segmentos relacionados à natureza e à vida no campo, além de que, esse segmento tem gerado grandes contribuições com relação ao desenvolvimento com sustentabilidade.

Tal postura traz alternativa à prática do turismo, sendo este não mais visto como o “salvador do mundo”, com a dimensão de consumo em primeiro lugar, norteando o desenvolvimento dos produtos, mas, sim, como uma proposta de alternativa econômica aos autóctones, transformando o turismo numa complementação às atividades, em sua maioria agropecuária semi-camponesa, enfatizando o artesanato local e o resgate dos costumes, refletindo num ambiente que representa um bem viver saudável. Esse cenário contribui para uma exploração da atividade turística de forma menos agressiva, sem que a paisagem seja destrutivamente consumida.

Esse eixo do turismo apoiado nos valores locais ganha expansão com a interiorização do turismo, condizente com a realidade brasileira, especialmente em razão da sua dimensão espacial, com vários lugares detentores de atrativos de significância regional. Além de atrair um fluxo regional, em razão das distâncias mais curtas, acaba por ocorrer uma valorização dos lugares a serem visitados. É importante ressaltar que o fluxo turístico regional é coerente com os países que possuem grande dimensão territorial, com áreas geograficamente diferenciadas por características naturais, históricas, culturais e econômicas.

O Plano Nacional de Turismo (PNT) – 2007-2010, do Ministério do Turismo (MTUR), apresenta como principal diretriz o fortalecimento dos destinos nacionais, com um olhar especial sobre as comunidades receptoras, e tem sido preocupação de estudiosos e planejadores da atividade turística. Na região ou local estudado busca-se fomentar o turismo

integrado, através de roteiros que unam destinos para agregação de valor, tornando-os competitivos e desenvolvendo as regiões às quais eles pertencem após a municipalização do turismo, hoje trabalhada através dos programas Roteiros do Brasil e Destinos Indutores.

O Piauí, estado que ainda caminha para o seu desenvolvimento turístico, busca, com programas como o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR, dotar de infra-estruturas as localidades consideradas pela política estadual de turismo os destinos indutores da atividade, sempre focalizando o desenvolvimento do turismo regional e a possibilidade de alternativa econômica através de implantação da atividade turística nos municípios.

No estado, existem sete regiões turísticas que, segundo a política de turismo estadual, contemplam o potencial turístico do Piauí. São elas: Pólo Costa do Delta, Pólo Aventura e Mistério, Pólo das Águas, Pólo Teresina, Pólo Histórico Cultural, Pólo das Origens e Pólo das Nascentes. Esses Pólos foram nomeados e divididos de acordo com o atrativo principal existente neles.

O Pólo Teresina, tem como referência a capital do estado, e para o turismo se caracteriza pela forte demanda relacionada ao turismo de negócios devido a sua localização estratégica situada no meio norte do País, e também ao turismo de saúde, com uma rede hospitalar capaz de atrair pessoas de várias localidades de outros municípios do estado, de outros estados e de outras regiões do país. Os demais pólos citados acima abrangem potenciais que vão desde aspectos histórico-culturais, como o Parque Nacional Serra da Capivara, até atrativos naturais, como o Delta do Parnaíba, um dos maiores destaques turísticos do estado.

Esta dissertação, intitulada “O meio ambiente e as possibilidades do turismo de base local nas comunidades do entorno da Lagoa do Cajueiro (PI)”, tem como objeto de análise a Lagoa do Cajueiro, localizada no Pólo das Águas e considerada um dos maiores recursos hídricos do estado. O local possui, além da sua beleza cênica, um rico potencial para o desenvolvimento de esportes náuticos, da pesca e ainda a possibilidade de convivência com os valores locais, entre os quais se pode destacar a extração da palha de carnaúba e o sentimento de religiosidade.

O entorno da lagoa é habitado por comunidades destituídas de produtos e serviços básicos, como água encanada e energia elétrica, além de restritas opções de rentabilidade econômica, muitas vezes se resumindo à pequena agricultura de subsistência e à pesca.

Diante desse contexto, a problemática dessa pesquisa surge no sentido de verificar as possibilidades de inserção de práticas turísticas nas comunidades do entorno da Lagoa do Cajueiro como alternativa para o desenvolvimento dessas localidades. Esse problema suscitou consubstancia em questionamentos como:

- Quais práticas podem contribuir para o desenvolvimento do turismo de base local nas comunidades do entorno da Lagoa do Cajueiro?
- Como essas comunidades podem obter uma alternativa econômica com o turismo?
- Será que já existe uma prática do turismo ou somente aspectos potenciais que poderão ser trabalhados futuramente?
- Como um recurso natural hídrico pode ser trabalhado turisticamente de forma sustentável por essas comunidades?

Assim, este estudo tem como objetivo analisar as possibilidades de inserção de práticas turísticas nas comunidades localizadas no entorno da Lagoa do Cajueiro (PI), tendo como base o seu recurso natural hídrico. Com esse propósito, buscou-se: verificar a situação socioeconômica das comunidades do entorno da Lagoa do Cajueiro; conhecer a situação da área e as práticas ambientais executadas por essas comunidades; identificar as possibilidades e limitações da lagoa para a utilização da atividade turística de forma sustentável; conhecer a percepção das comunidades sobre o turismo e verificar se há perspectivas para desenvolver o turismo nas comunidades, possibilitando trabalho, oportunidades de negócios e a melhoria da qualidade de vida.

Metodologicamente, elaborou-se um estudo exploratório do tema, com revisão bibliográfica para definição da base teórica. Em seguida, partiu-se para o trabalho de campo, tendo sido aplicados formulários com perguntas abertas e fechadas a 37 famílias pertencentes a 16 comunidades da zona rural dos municípios de Luzilândia e Joaquim Pires, municípios situados na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, assim como a mais 12 famílias residentes à margem da Lagoa do Cajueiro, na área urbana de Joaquim Pires. A escolha dos sujeitos foi feita aleatoriamente, obedecendo ao critério de presença de pessoas em casas da comunidade visitada. Procurou-se investigar junto a famílias residentes em áreas que têm uma proximidade com a lagoa e uma maior utilização desta na sua rotina diária. Também foram entrevistados o diretor do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER de

Joaquim Pires é um funcionário público da prefeitura do mesmo município, que contribuíram com importantes informações. Além deles, manteve-se contato com lideranças locais ligadas ao turismo e realizaram-se observações diretas em toda a área de estudo, com visitas e registros de campo, além da preparação da base fotográfica.

Este estudo está dividido em cinco partes, sendo que, a primeira, composta pela introdução, apresenta os propósitos da investigação bem como aspectos dos procedimentos metodológicos.

Na segunda, aborda-se o meio ambiente como recurso essencial na atividade turística, iniciando pelo item 2.1, que mostra o processo de construção do turismo sustentável, completando-se a discussão no item 2.2, em que se trata da natureza como atrativo turístico e também da relação existente entre o turismo e o meio-ambiente segundo a visão de diferentes autores. Após essa discussão, ressaltam-se, no item 2.3, os recursos hídricos e as possibilidades de se trabalhar em práticas turísticas referentes a essa tipologia, destacando-se o objeto de estudo: a Lagoa do Cajueiro, no estado do Piauí.

Na terceira parte, composta de três itens, aborda-se a participação das comunidades locais na atividade turística e o desenvolvimento do turismo de base local. No item 3.1, enfatiza-se o papel primordial da participação comunitária para que o turismo seja de base local e ofereça melhorias para o lugar. No item 3.2, trata-se das políticas de turismo de base local existentes no Brasil e no Piauí, bem como dos programas que contribuem para a implantação desse tipo de turismo. Finaliza-se a terceira parte com o item 3.3, no qual se descrevem as comunidades residentes no entorno da Lagoa do Cajueiro, com ênfase em suas condições socioeconômicas.

A quarta parte traz a análise das perspectivas de desenvolvimento turístico da Lagoa do Cajueiro, enfatizando-se, no item 4.1, as perspectivas de desenvolvimento turístico do estado do Piauí, após essa ênfase, parte-se, no item 4.2, para uma contextualização dos dois municípios abrangidos pela lagoa. Depois, nos itens 4.3 e 4.4, respectivamente, apresentam-se as potencialidades de uso turístico de base local da Lagoa do Cajueiro nos aspectos culturais e ambientais a partir da análise dos dados coletados. Conclui-se a quarta parte desta dissertação com o item 4.5, no qual se mostra a percepção das comunidades do entorno sobre a atividade turística e os impactos decorrentes da possibilidade de sua implantação.

A quinta parte é a conclusão do estudo, na qual se apontam algumas medidas que podem auxiliar no desenvolvimento do turismo do estado, sobretudo, na formulação de atividades turísticas mais sustentáveis na Lagoa do Cajueiro e nas suas comunidades do entorno.

2 MEIO AMBIENTE: RECURSO ESSENCIAL NA ATIVIDADE TURÍSTICA

A relação existente entre o turismo e o meio ambiente é indissociável, uma vez que o ambiente é a matéria-prima necessária para a prática da atividade, já que as infra-estruturas necessárias ao funcionamento do turismo correspondem a áreas construídas no ambiente natural. Também, dentre as principais motivações que levam as pessoas a praticarem a atividade turística, temos a fuga dos grandes centros urbanos para ambientes que proporcionem um maior contato com a natureza. Nesse sentido, Ruschmann (1997, p. 19), afirma que “a deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procure, nas férias e nos fins de semana, as regiões com belezas naturais”. Isso resulta num número cada vez maior de turistas em áreas naturais, as quais, muitas vezes não estão preparadas para receber esse grande número de visitantes, por não possuírem infra-estrutura adequada, plano de manejo ou qualquer medida que controle o fluxo de pessoas.

Trata-se de uma situação cada vez mais freqüente que precisa ser rompida através de medidas que resultem num processo de planejamento urbano que inclua uma conscientização para que os homens agredidos no seu próprio meio não agridam também ambientes alheios.

Ruschmann (1997) divide a relação entre turismo e meio ambiente em três fases: a primeira, ocorrida no século XVIII, teve como característica principal a descoberta da natureza e das comunidades receptoras, onde os turistas buscavam informações sobre os locais visitados. As principais motivações dessa fase se concentravam na busca dos ambientes onde a industrialização ainda não se fazia presente ou de centros turísticos desenvolvidos à beira-mar. Trata-se da fase em que se desenvolveram os primeiros equipamentos turísticos.

A segunda fase ocorreu no período entre o final do século XIX e início do século XX e pode ser caracterizada por um turismo mais elitista. Foi a fase em que não se continha a construção de grandes empreendimentos imobiliários, nem a quantidade de navios cassinos que se lançavam ao mar. Houve também a construção de grandes estradas de ferro nas montanhas para facilitar o acesso a centros turísticos localizados no interior da Europa. Não havia a preocupação com a proteção ambiental, porém as empresas turísticas limitavam os seus produtos às estações e ao seu entorno, fazendo assim com que as comunidades tradicionais não fossem atingidas pelos danos da atividade turística.

A terceira fase é descrita pela autora como a do turismo de massa, o qual “é caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano” (RUSCHMANN, 2001 apud DIAS, 2003, p.15). No século XX, ocorre a partir dos anos 50 e tem o seu ápice nos anos 70 e 80. Essa é uma fase marcada pelo crescimento desordenado da demanda turística, em especial nos países desenvolvidos, juntamente com a expansão das chamadas localidades turísticas. As zonas costeiras de acesso mais fácil que ainda não haviam sido ocupadas foram rapidamente preenchidas ao mesmo tempo em que, nos vales da Europa, as instalações para atender turistas se multiplicaram para atender à demanda dos esportes de inverno. É o período de maior impacto do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras, quando as construções de concreto, a falta de controle dos esgotos, a criação de marinas, portos e tantos outros impactos prevaleceram, tornando essa fase a mais catastrófica para a conservação ambiental.

Atualmente busca-se pela renovação do turismo, sendo que o turismo de natureza ou o turismo ecológico torna-se o principal produto vendido, e os clientes (turistas) buscam a calma, as aventuras e o conhecimento mais profundo da natureza e das comunidades residentes.

Segundo Dias (2003, p. 17), o surgimento dessas novas formas de fazer turismo foi favorecido por uma série de circunstâncias, das quais se podem destacar:

o aumento da consciência da necessidade de preservação dos recursos naturais; a necessidade psicológica das pessoas encontrarem alternativas de lazer diferentes das praticadas nos grandes centros urbanos; maior aproximação de formas simples de vida em contraposição à complexidade da vida moderna nos grandes centros urbanos; busca de melhor qualidade de vida, que se traduz em maior interação com a natureza.

A demanda que pratica essa nova forma de fazer turismo é maior nas camadas médias da sociedade, onde o conhecimento e a conscientização contribuem para que as pessoas busquem melhoria da qualidade de vida. Essas camadas são mais sensíveis às repercussões dos impactos do turismo tradicional no meio ambiente, e ainda, os turistas estão cada vez mais exigentes quanto à qualidade ambiental da localidade receptora da atividade turística.

No Brasil a relação entre turismo e meio ambiente se intensificou no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX, com o uso generalizado dos meios de transportes, sendo que a partir daí, tiveram impulso os empreendimentos nas propriedades rurais, grandes atrativos para as pessoas que buscavam uma fuga do cotidiano das grandes cidades. As administrações públicas, em especial, nas esferas municipais, não estavam preparadas para tal demanda e incentivaram a construção de grandes empreendimentos em áreas de mananciais, causando grandes destruições ambientais, resultantes de decisões administrativas tomadas sem nenhum planejamento.

Entretanto alguns benefícios podem ser observados com a construção desses empreendimentos. Conforme Dias (2003, p.24), pode-se destacar

a construção de novas vias de comunicação, facilitando o acesso do turista, e seu uso pela população local. Agregue-se a isso a melhoria dos sistemas de comunicação local: telefone, televisão, etc.; maior valorização das áreas naturais como recurso turístico, permitindo que essas áreas sejam olhadas por seus proprietários com outros olhos, agora como fontes de renda; criação de novos postos de trabalho em áreas rurais. Aumento da necessidade de prestadores de serviço para o atendimento do turista.

Na concepção do autor, o turismo como possível fonte geradora de renda começa a ser percebida pelos donos de propriedades rurais, mudando o olhar dos mesmos sobre a atividade. Além disso, o incremento da infra-estrutura local em função do turismo acaba alterando a qualidade de vida das comunidades residentes. Também começa uma valorização das áreas naturais, na medida em que despertam uma motivação capaz de atrair mais visitantes às comunidades receptoras.

No entanto, mesmo trazendo alguns benefícios, a atividade turística quando realizada de forma desordenada e, embora gere dividendos econômicos para as comunidades receptoras, traz muitos impactos negativos ao meio ambiente, como a extinção da matéria-prima que atrai a demanda turística¹. Desse modo, para que o desenvolvimento do turismo aconteça com o mínimo de impactos ambientais, é essencial que, no relacionamento entre

¹ Segundo Montejano (2001), demanda turística pode ser entendida como o conjunto de turistas que, de forma individual ou coletiva, estão motivados por uma série de produtos e serviços turísticos cujo objetivo é satisfazer as suas necessidades de descanso, recreação, entretenimento e cultura no período de férias.

turismo (através da gestão local, infra-estrutura, visitantes) e comunidades residentes, haja um planejamento da atividade a fim de que os recursos naturais sejam mais bem utilizados.

De acordo com a forma que a atividade turística é trabalhada, esta pode gerar impactos positivos e negativos. Para Ruschmann (1997, p.34) os impactos do turismo referem-se à “gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras”. Tais impactos podem ser provocados por diversas variáveis, entretanto, os mais perceptíveis e com danos geralmente irreversíveis são os impactos ocorridos no ambiente natural.

Segundo Ruschmann (1997) os impactos originam-se de mudanças, não sendo eventos isolados resultantes de uma única causa. Eles são consequência de um processo em que se relacionam os turistas, as comunidades e os meios receptores (oferta turística), em geral acompanhados de uma má gestão pública, no qual se observa uma preocupação somente com a rentabilidade financeira que o turismo possa trazer.

Os impactos no ambiente natural podem ocorrer de acordo com a tipologia do turismo executada, levando em consideração as atividades realizadas, o número de turistas e a infra-estrutura instalada no local. Ocorreram todos em uma mesma área, e suas escalas levam em consideração também as características de cada uma dessas áreas.

O quadro 01, organizado por Pillmann (1992, apud RUSCHMANN, 1997, p.61), divide esses impactos de acordo com a tipologia e as atividades praticadas. São elas:

TIPOS DE TURISMO	ATIVIDADES PRINCIPAIS	IMPACTOS
Turismo nas Férias	Caminhadas, passeios, descanso, recreio, observação da natureza, <i>sightseeing</i> , alojamento, comunicação.	Ruídos, desgaste dos caminhos e das trilhas, agressão à paisagem e à vegetação, erosão das praias e das encostas.
Turismo de Esportes	Esqui, natação, passeio de barco, participação em competições.	Efluentes, poluição do ar e da água, danos em áreas residenciais, agressão à natureza pela construção de equipamentos e ginásios de esportes, vandalismo.

Turismo de Negócios	Realização de negócios, congressos, feiras, formação/estudo.	Ruídos, poluição do ar (indústrias), danos materiais (desgaste).
Turismo nas Férias	Viagens de carro, trem, avião ou navio, alojamento, acompanhamento, <i>city-tour</i> , visitas a locais culturais.	Intensificação do tráfego nas rodovias, ferrovias e aeroportos, ruídos, poluição do ar, efluentes, danos na vegetação, desgaste do solo pela construção de terminais, rodovias e ferrovias, monitoria sobre a paisagem, número de acidentes e turismo de massa.
Turismo de Saúde	Passeio, descanso, cura.	Efluentes, consumo da natureza, intromissões no cotidiano das localidades, conscientização das carências da sociedade.

Quadro 01 – Tipos de turismo e impactos ambientais.

Fonte: Pillmann (1992 apud RUSCHMANN, 1997, p.61)

Inicialmente se levou em consideração somente a tipologia relacionada ao lazer, negócio, esporte e a saúde, no qual se subdividiu, originando novas formas de praticar a atividade turística. Para que diminuam os impactos causados por essa atividade, é necessária um processo de planejamento capaz de implantar ações preventivas e corretas no uso e manejo das atividades e localidades turísticas.

Os impactos do turismo sobre as riquezas naturais e culturais são percebidos de forma local, regional, nacional e global. No Brasil, os estudos sobre a avaliação dos impactos ambientais não ocorrem de forma sistemática e não existe uma metodologia específica a ser utilizada na avaliação desses impactos, entretanto há fontes de pesquisa como o Manual de orientação para o Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e o relatório de impacto ambiental – RIMA, distribuído pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, nos quais se pode encontrar subsídios para trabalhos na área, mesmo exigindo adequações específicas para os projetos de equipamentos e de localidades turísticas.

Além dos impactos ambientais, também devem ser considerados de grande importância os impactos econômicos, sociais e culturais, não só na abrangência dos positivos, mas também dos negativos, que envolvem aspectos como sustentabilidade, especulação imobiliária, preservação da cultura local, oportunidades de melhoria de qualidade de vida e outros, de acordo com a execução e tipologia da atividade turística.

2.1 O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em todo o processo de construção da atividade turística, a relação sociedade/natureza é condição básica para a existência das atividades humanas. Considerando o turismo como um fenômeno que sempre envolveu um grande número de pessoas, é imprescindível considerar os vários aspectos que desencadeiam a discussão sobre o turismo e meio ambiente.

Pelo fato de as práticas causarem impactos ao meio ambiente, essa realidade levantou a questão da sustentabilidade dos ecossistemas explorados pelo turismo. Segundo Swarbrooke (2000, p. 03) o termo *sustentável* diz respeito a um “desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro”. A idéia de sustentabilidade trabalhada pelo autor remete ao equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e sua manutenção. Trata-se de desenvolvimento com responsabilidade, pois, ao se tomarem quaisquer decisões na atividade, precisa-se da intervenção e de um planejamento que levem em consideração o meio ambiente, as pessoas e as atividades a serem desenvolvidas.

As busca de conceitos e da concepção do turismo sustentável ocorreu na medida em que os impactos negativos provocados pela atividade turística foram sendo reconhecidos e, ao mesmo tempo, várias tentativas de gestão do turismo e de técnicas de administração foram feitas, para tentar conter os excessos provocados pelo turismo, que, sendo atividade capitalista, prevê o lucro, com pouca atenção aos problemas socioambientais. Também, algumas iniciativas de turismo diferenciado do convencional vêm surgindo em comunidades de todo o país.

Não se pode negar que há um aumento da consciência ambiental e da preocupação com o desenvolvimento baseado na sustentabilidade, desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, quando foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental (LEFF, 2001).

O conceito de codesenvolvimento diz respeito a uma alternativa de política de desenvolvimento, e Ignacy Sachs formula os princípios básicos, pautados na satisfação das necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras, preservação dos recursos

naturais e do meio ambiente (CAVALCANTI, 1998). Essa definição, entretanto, foi sendo substituída, adotando-se a denominação desenvolvimento sustentável.

As bases teórico-conceituais dessa concepção de desenvolvimento foram apresentadas no relatório Brundtland, o Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1987 apud OMT² 2003, p.23), que o definiu como “aquele que atenda às necessidades de hoje, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Segundo Moura e Garcia (2007), o tema é tão importante que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO decretou o período de 2005 a 2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Na Conferência Mundial de Turismo Sustentável, realizada em Lanzarote (Espanha), em 1995, foi criada a Carta de Turismo Sustentável, que é uma referência na definição desse conceito. Nessa Carta, são apresentados 18 artigos sobre o desenvolvimento turístico sustentável. O primeiro diz que o turismo sustentável “deve ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais” (DIAS, 2003, p.60). Dessa forma, é necessário que esses três aspectos estejam equilibrados, devendo, assim, o turismo se ligar à economia, à sociedade e ao meio ambiente para satisfazer as gerações atuais e as futuras. Considera-se também a:

gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos (GLOBE’90, 1990 apud RUSCHMANN, 1997, p.110).

De acordo com Swarbrooke (2000, p.11), vários estudos e encontros contribuíram para o debate sobre o turismo sustentável, dentre os quais se pode considerar: o relatório de Michel Dowers, *Fourth Wave – The Challenge of Leisure* (1965), que alertou a sociedade para o potencial impacto do enorme crescimento iminente do tempo livre e das atividades de lazer; as idéias de Young, *Tourism*, publicadas em 1973, também chamaram a atenção para os potenciais impactos negativos do turismo; em 1979, De Kadt discutia o papel do turismo nas economias dos países emergentes através do *Tourism: passport to development*; em 1982, o

² Organização Mundial do Turismo.

texto altamente influente *Tourism: Economic, Physical, and Social Impacts*, escrito por Mathielson e Wall, detalhou os impactos mundiais do turismo; a relação entre o turismo e a comunidade local foi discutida pela primeira vez em detalhes por Peter Murphy em *Tourism: a Community Approach*, lançado em 1985.

Também surgiram várias outras expressões para designar o turismo sustentável: “turismo verde” foi uma delas, sendo utilizada por estudantes, na qual se incluía a redução de custos e a maximização dos benefícios ambientais do turismo. No início da década de 90, a expressão “turismo sustentável” passou a ser utilizada com maior frequência, pois se passou a considerar a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximização dos benefícios econômicos que a atividade pode gerar para a comunidade local. Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a abordagem do desenvolvimento sustentável passou por um maior detalhamento, sendo exposta na Agenda 21, um plano de ação que "reúne o conjunto mais amplo de premissas e recomendações sobre como as nações devem agir para alterar seu vetor de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e a iniciarem seus programas de sustentabilidade".

A Agenda 21 (1992) também estabelece que:

para os departamentos governamentais, as associações nacionais de turismo e as organizações comerciais representativas, o objetivo principal é estabelecer sistemas e procedimentos para incorporar as considerações sobre desenvolvimento sustentável ao centro do processo de tomada de decisão e identificar as ações necessárias à criação do turismo sustentável; e, para as empresas, o objetivo principal é estabelecer sistemas e procedimentos para incorporar as questões do desenvolvimento sustentável, como parte da função gerencial central, e identificar as ações necessárias à criação do turismo sustentável.

Tais questões enfatizam a importância da cooperação entre governo, iniciativa privada e organizações da sociedade civil, a fim de que se produzam ferramentas que auxiliem na implantação de práticas sustentáveis. Quando se refere às áreas de ação para autoridades do setor público e do turismo, Dias (2003) ressalta o caráter promotor, avaliador, impulsionador, facilitador e coordenador do desenvolvimento da atividade turística. Já para as empresas e atores que se situam dentro da cadeia turística, o documento propõe ações para minimizar e controlar o impacto da atividade turística nos recursos naturais, bem como impulsionar a

participação das comunidades e da sociedade em ações de planejamento e propostas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Segundo a OMT (2003, p.23), turismo sustentável é

aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

A idéia do turismo sustentável adotada pela OMT não é, pois, somente a de equilíbrio ambiental, abrangendo também as escalas sociais, econômicas e culturais. Desse modo, a sustentabilidade deve ser trabalhada em todas as esferas, principalmente tomando por base as comunidades nas quais a atividade turística se desenvolve.

Coriolano (2005) ressalta, porém, que a prática da sustentabilidade, afirmada acima no conceito da OMT, recai sobre a necessidade da sociedade entender e praticar tal sustentabilidade. Pois um dos grandes problemas e dificuldades da busca do desenvolvimento sustentável, está no fato de que, as sociedades ainda não compreenderam e não tornaram real, na prática, as concepções acerca da sustentabilidade.

Vasconcellos (2002), seguindo a mesma linha de pensamento da OMT, afirma ainda que o modelo de desenvolvimento sustentável apresenta dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas. Isso remete ao presente e ao futuro das sociedades, à satisfação de suas necessidades básicas, conservação e preservação dos ecossistemas, direitos humanos, cidadania, participação social, distribuição de poder, cultura, política em consonância com as atitudes e ideologias presentes no local.

Para Ferretti (2002), a sustentabilidade envolve o ambiente natural e suas inter-relações com os elementos que o compõem e com o meio. Assim, a sustentabilidade envolve várias dimensões além da ambiental: social, política, econômica e cultural, configurando um conceito mais global. A gestão conjunta proporciona uma ação que integra todos os setores existentes, buscando um objetivo comum: a sustentabilidade, como destaca a OMT (2001, p.245):

o conceito de crescimento sustentável tem sido ligado, tradicionalmente, ao conceito de meio ambiente, mas atualmente é um conceito mais global, que inclui numerosos campos de interação dentro do conceito de sustentabilidade, como aspectos econômicos e socioculturais. O desenvolvimento sustentável está baseado, portanto, num conceito mais amplo de desenvolvimento turístico que envolve, necessariamente, critérios sobre o meio ambiente sociocultural e econômico.

No entanto, se esse conceito não fizer parte das políticas e práticas do planejamento territorial do turismo em nível local, a sustentabilidade não passará de uma falácia, ficando apenas no discurso. Nesse sentido, Santos (2003, p. 167) afirma que “de fato, o turismo sustentável não pode ser visto como uma situação ideal a ser alcançada, mas sim, como uma filosofia de desenvolvimento que serve para definir metas a longo prazo”. Um dos maiores problemas enfrentados pelo turismo recai exatamente sobre os prazos. A exemplo, medidas de um planejamento participativo que deveriam ser planejadas e implantadas em períodos maiores acabam sendo impostas num período que segue as linhas dos programas governamentais e, muitas vezes, acabam não obtendo os resultados esperados.

Desse modo, a sustentabilidade deve ser aplicada em várias áreas, não só na ambiental, que é a mais comentada atualmente. E, para atingi-la, faz-se necessária a participação do Estado, dos habitantes locais, dos turistas, empresários, enfim, de todos os que estão envolvidos com a destinação turística, além da existência de um planejamento da atividade. Beni (2006) define esse quadro como uma gestão participativa, que depende quase em sua totalidade da mobilização das comunidades receptoras sobre as ações implantadas no processo de planejamento. É importante também que algum dos atores envolvidos assumam o papel de agentes de planejamento para que o processo seja iniciado. Se ficar um esperando pelo outro, nunca se iniciará a organização do turismo, portanto, seja poder público, privado ou comunidade local, alguém tem que dar o primeiro passo nessa construção.

No período de 1975 a 2000, o turismo mundial cresceu num ritmo médio de 4,4% anual, segundo o Ministério do Turismo - MTUR (BRASIL, 2007), o que provocou um maior consumo da natureza sem a preocupação com a preservação e a conservação dos atrativos que constituem a base de sustentação do turismo. Assim, muitas autoridades locais, por não terem experiência em planejamento, desenvolvimento e gerenciamento dessa atividade, acabam

direcionando os seus esforços para ações erradas, como o incentivo ao turismo de massa, sem foco em um mercado específico, procurando vender seu produto a todos de uma forma geral.

Moura e Garcia (2007, p.192) afirmam que o turismo de massa

consolida-se a partir da segunda metade do século XX e seu crescimento reflete-se na dimensão econômica que a atividade turística passa a assumir na economia mundial. O crescimento desse tipo de turismo produziu uma série de impactos que têm se manifestado de forma mais evidente nos últimos anos, pois a atividade turística tem operado segundo a lógica dos negócios, buscando retornos econômicos em curto prazo, o que pode comprometer o ambiente natural ou cultural dos destinos, aumentar as desigualdades sociais das populações receptoras através da apropriação da prosperidade gerada, estimular a dependência econômica das comunidades receptoras sem oferecer garantias de longo prazo e descaracterizar as culturas locais, substituindo-as por formas estereotipadas que anulam o interesse turístico original.

Essa massificação do turismo e a continuidade do crescimento econômico insustentável afetaram profundamente o ambiente natural, deteriorando as destinações e acabando com os principais motivos que levaram os turistas a visitá-las.

Após esse período de massificação, começaram a surgir as primeiras experiências de atividade turística com maior controle, não pensando somente em quantidade, mas desrespeitando as fragilidades.

2.2. A NATUREZA COMO ATRATIVO TURÍSTICO

A atividade turística acontece sustentada nos recursos naturais e culturais, e as exigências da demanda turística têm influenciado de maneira intensa na oferta de produtos turísticos. Há turistas que têm uma maior preocupação com a qualidade ambiental do local nos destinos turísticos e também estão, cada vez mais, à procura de um ambiente mais saudável do que o seu habitual. A tranquilidade e o relaxamento aliados a autenticidade local e ao convívio com os autóctones e seus costumes também ganham importância na escolha do produto turístico.

A expressão “recursos naturais” pode ser definida de várias maneiras. Rodrigues (1999, p. 28) caracteriza o termo recurso como “o meio adequado para a realização de um fim, de um objetivo determinado, que se individualiza ao ser aplicado especificamente a uma ordem de coisas, às quais se pode recorrer para obter um fim preconcebido”. Já segundo Boullón (2002), o termo recurso vem sendo aplicado no turismo a partir da teoria econômica e implica na soma de três fatores considerados fundamentais: recursos naturais, humanos e de capital.

Os recursos considerados naturais caracterizam-se por estarem relacionados a elementos existentes na natureza, sendo eles atuais ou só potenciais, e por serem utilizados pelo homem. Essa característica enfatiza a ação do homem como principal eixo de prudência ou deterioração de tal recurso, pois a forma de utilização irá caracterizá-lo no futuro como um recurso natural preservado ou como um recurso natural sem mais possibilidades de utilização, tamanho o grau de exploração já realizada. Por isso, é importante atuar no sentido da preservação e do planejamento das atividades realizadas nos recursos naturais, especialmente porque de vários deles dependem as comunidades que vivem no seu entorno.

Existe uma tendência mundial que retrata o turismo em áreas naturais como um dos segmentos que tem gerado maiores mudanças e pesquisas com relação ao desenvolvimento com sustentabilidade. Nesse campo, o estudo da natureza como atrativo turístico é feito com o homem inserido no ambiente. Assim, em cada caso estuda-se o impacto da presença humana nos ecossistemas que se quer aproveitar turisticamente. É o que demonstra Ferreti (2002, p. 82) ao afirmar que:

a inter-relação turismo-ecossistema é diferente da que ocorre com população local-ecossistema, pois a presença dos turistas é ocasional e, quando agride o ambiente é por descuido, indiferença ou desconhecimento. É uma atitude pontual. O turista observa a paisagem, mas não a explora.

A autora considera que a população local é mais responsável pela degradação do ecossistema, sendo que, muitas vezes, o faz de forma impensada. Segundo essa visão, portanto, o correto é repensar a forma de fazer turismo junto com a comunidade local, enfatizando a importância do recurso natural para a atividade turística, mas, acima disso, fazer com que ela entenda que o recurso é ainda mais importante para manter a qualidade de vida fornecida pela natureza.

Em áreas como a da Lagoa do Cajueiro, onde os visitantes provêm de cidades e povoados circunvizinhos, havendo um contato freqüente com o atrativo, um trabalho de educação ambiental pode ter resultados bastante interessantes na preservação e manutenção do ecossistema existente ali. Especialmente porque, atualmente, a Lagoa do Cajueiro é vista como um local de entretenimento e lazer, para onde as pessoas da região se deslocam para o banho, com a utilização do único equipamento que possui uma mínima infra-estrutura localizada na margem da lagoa, na zona urbana do município de Joaquim Pires. Entretanto, o que acontece lá é o que tem se visto na maior parte das áreas naturais onde são praticadas atividades de lazer e de turismo, e despreocupação em manter a integridade do ecossistema envolvente, o qual é tratado como mais uma mercadoria a ser consumida vorazmente.

A exploração econômica dos recursos naturais como recursos turísticos necessita obrigatoriamente da elaboração de um plano que organize e racionalize o processo de utilização de tais recursos, o que implica num maior conhecimento do local a ser trabalhado, através de bibliografias e estudo “*in loco*” da realidade existente e de um inventário das reais potencialidades turísticas. Também é importante fazer um estudo ambiental dos impactos que a atividade poderá acarretar.

Segundo Queiroz (2006, p.77),

o levantamento dos impactos socioambientais causados pelas atividades turísticas e de lazer pode constituir-se em um instrumento importante para reduzir as alterações que tal forma de desenvolvimento do espaço rural vem causando na natureza, principalmente em áreas de reservatórios. Para tais áreas, a poluição dos recursos hídricos pode significar, a curto e médio prazos, uma redução drástica de atividades de recreação e lazer e deflagrar o afastamento dos turistas.

Por isso o trabalho com a comunidade local sobre a preservação dos recursos naturais locais tem que ser feito de forma contínua, especificamente no caso da Lagoa do Cajueiro, já que a maior parte das comunidades do entorno a utilizam de forma contínua para as suas necessidades diárias, como consumo, banho e demais afazeres que necessitam da utilização da água da lagoa.

Outra concepção diz respeito à relação do espaço como produto da natureza e da sociedade intermediado pelo trabalho (SANTOS, 1997). A sociedade e o espaço evoluem, porém de forma contraditória, e o turismo, nesse contexto, vem sendo considerado um dos principais responsáveis por inúmeras reorganizações das funções nas diferentes esferas do território onde se desenvolve.

Coriolano (1998, p. 22) ressalta a relação espaço, natureza e turismo quando assegura que, ao utilizar a natureza como atrativo turístico e os equipamentos urbanos como infraestrutura, os territórios de origem dos turistas, as comunidades receptoras e as práticas sociais decorrentes desse encontro, o turismo passa a ser objeto do saber geográfico, sendo uma atividade que implica fortemente na estruturação e reestruturação do espaço que utiliza. Desse modo, “o turismo é, antes de tudo, uma experiência geográfica. Apresenta-se como fenômeno geográfico no sentido de representar uma relação direta entre o homem e os espaços, ou seja, o homem e o ambiente.”

A utilização do recurso natural Lagoa do Cajueiro implica não só a utilização da lagoa em si, mas de todo o entorno em que ela se localiza, incluindo, assim, a comunidade residente, bem como o seu cotidiano. Nesse sentido, muitas vezes as experiências típicas daquele espaço geográfico acabam se tornando o principal atrativo que motiva o deslocamento da demanda turística.

2.3. OS RECURSOS HÍDRICOS E A ATIVIDADE TURÍSTICA: A LAGOA DO CAJUEIRO

A água encontra-se espalhada pela natureza sob diferentes formas, cobrindo aproximadamente 70% da superfície do planeta Terra. É encontrada especialmente no estado líquido, constituindo um recurso renovável por meio de ciclo hidrológico. Todos os organismos dependem da água para a sua sobrevivência, portanto a disponibilidade da mesma é um dos fatores mais importantes no ecossistema ambiental.

Segundo Braga et al. (2005, p.73), “há duas formas de caracterizar os recursos hídricos: com relação à quantidade e com relação à sua qualidade, sendo essas características intimamente relacionadas.” A qualidade da água depende diretamente da quantidade existente na mesma e que pode auxiliar na dissolução, diluição e transporte das diversas substâncias existentes, sejam elas benéficas ou maléficas para os seres que compõem a cadeia alimentar.

Além da variação natural das características e fases dos ciclos hídricos, há um fator que altera esses recursos: a intervenção humana, seja intencional ou não. Pode-se citar como exemplos a ocorrência de vapor atmosférico, que pode ser alterada em função da presença de recurso hídrico, e as alterações climáticas causadas por gases estufas. Tais exemplos podem levar a mudanças no regime de precipitações, afetando, portanto a disponibilidade de água.

O uso do solo está diretamente relacionado com a ocorrência natural de água. O desmatamento e a urbanização podem modificar o ciclo hidrológico ao diminuir, por exemplo, a evotranspiração. Braga et al. (2005) destacam que o aumento de queimada nas margens dos rios, lagos e lagoas, dentre outros, assim como o desmatamento podem resultar em uma umidade do solo, diminuindo sua capacidade de infiltração. Dessa forma, existe uma propagação do aumento do escoamento superficial durante os eventos chuvosos, o que aumenta o fluxo das cheias. Isso tende a tornar-se mais intenso pela diminuição da proteção do solo contra a erosão e a conseqüente diminuição de sua permeabilidade pelo desmatamento.

Nas áreas onde as cidades se desenvolvem, ocorre uma impermeabilização do solo resultante das construções e das pavimentações das ruas, haja vista que, quando a precipitação atinge o solo, ocorre um escoamento superficial mais intenso em conseqüência da reduzida ou nenhuma capacidade de infiltração. Essa impermeabilização do solo pela urbanização se transforma numa das principais causas de inundações nos meios urbanos.

Dentre os problemas citados no tópico anterior, destacam-se também aqueles relacionados à qualidade da água, que, se contaminada, impede o uso para abastecimento humano. Isso agrava o problema da escassez de um recurso tão necessário à sobrevivência humana, e que estar presente no ambiente em quantidade e qualidade apropriadas.

No decorrer dos tempos, o homem tem utilizado a água para diversos fins, além de suprir suas necessidades metabólicas. Existem regiões do planeta com intensa demanda de água, como os centros urbanos, os pólos industriais e as áreas onde há intensa prática de irrigação em atividades agropecuárias. Tal demanda pode superar a quantidade de água disponível nos recursos, ou mesmo interferir na qualidade da água local, a qual fica prejudicada em virtude da poluição, o que acaba gerando prejuízos incalculáveis para o meio ambiente.

O uso dos recursos hídricos no turismo ocorre especialmente no turismo náutico e de pesca, com atividades relacionadas à prática de esportes náuticos ou a utilização das vias náuticas como motivação para a prática da atividade.

O turismo náutico no Brasil apresenta um grande potencial, especialmente em se tratando da prática do lazer. Com uma costa marítima de 8.500 quilômetros de extensão, o país tem uma grande disponibilidade de águas navegáveis internas, como rios, lagos, represas,

canais, etc. Possui também uma das maiores redes hidrográficas do mundo, com bacias como a Amazônica, uma longa rede fluvial navegável e uma enorme variedade de paisagens e atrações diferentes cujo acesso é feito por via aquática. É também o país onde se localiza o maior rio em volume de água, o Amazonas, sendo o território brasileiro cortado por duas bacias hidrográficas que se separam por 100 quilômetros: a bacia Amazônica e a bacia do Pantanal.

Segundo Trigo (2005), um aspecto propulsor para o desenvolvimento do turismo náutico com a utilização dos recursos hídricos é a diversidade das culturas ribeirinhas, além do clima tropical ameno predominante na maior parte das regiões litorâneas.

O Piauí, estado possuidor de metade das águas subterrâneas da região Nordeste, consideradas de boa qualidade, é destaque no cenário nacional em função dos seus recursos hídricos. Juntamente com os estados do Maranhão e da Bahia, o Piauí apresenta as condições mais favoráveis à irrigação. Isso se deve às suas extensas bacias de rios perenes e às possibilidades de perenização de quase todos os seus rios temporários. (BARROS, 2007).

No Piauí há mais de 140 rios, e quase todos deságuam no rio Parnaíba, perfazendo juntos mais de cinco mil quilômetros de extensão. Todos eles formam a bacia do Parnaíba, cujas águas são suficientes para irrigar cem mil hectares de terras. Conforme Barros (2007, p. 62),

cinco bilhões de metros cúbicos de água estão contidos nos açudes públicos do Piauí. Construídos para o desenvolvimento de projetos de irrigação, pesca ou geração de energia, somente o que deu origem a hidrelétrica de Boa Esperança está sendo devidamente aproveitado. As suas águas formam a barragem do rio Parnaíba, no município de Guadalupe.

Ao norte do estado do Piauí, margeando toda a extensão do rio Parnaíba, 54 lagoas são importantes recursos hídricos responsáveis pelo potencial agrícola da região. A Lagoa do Cajueiro é hoje a maior lagoa do estado em extensão, título antes pertencente à Lagoa do Parnaguá, pois, em 2006, após trabalhos de levantamento da área das duas lagoas, realizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, teve-se a confirmação de que a Lagoa do Cajueiro é a maior do estado em extensão conforme a figura 01:

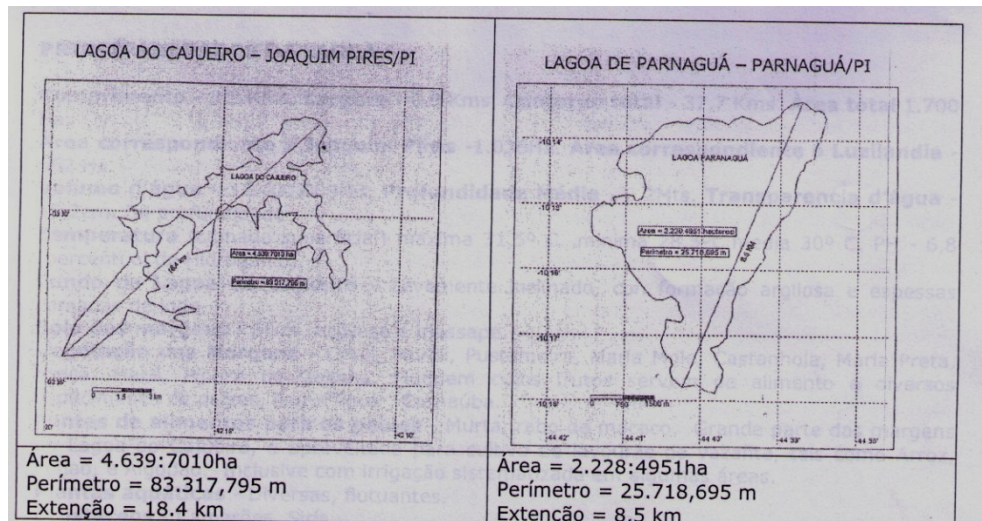


Figura 01: Plantas cartográficas comparativas entre as áreas das Lagoas do Cajueiro e Parnaçuá

Fonte: Castelo Branco, 2006

A Lagoa do Cajueiro está localizada na região NWN do estado do Piauí e o seu centro geométrico encontra-se aproximadamente a 3° 30'' de latitude sul e 42°16'' de longitude oeste de Greenwich, constituindo a maior riqueza hídrica do município de Joaquim Pires.

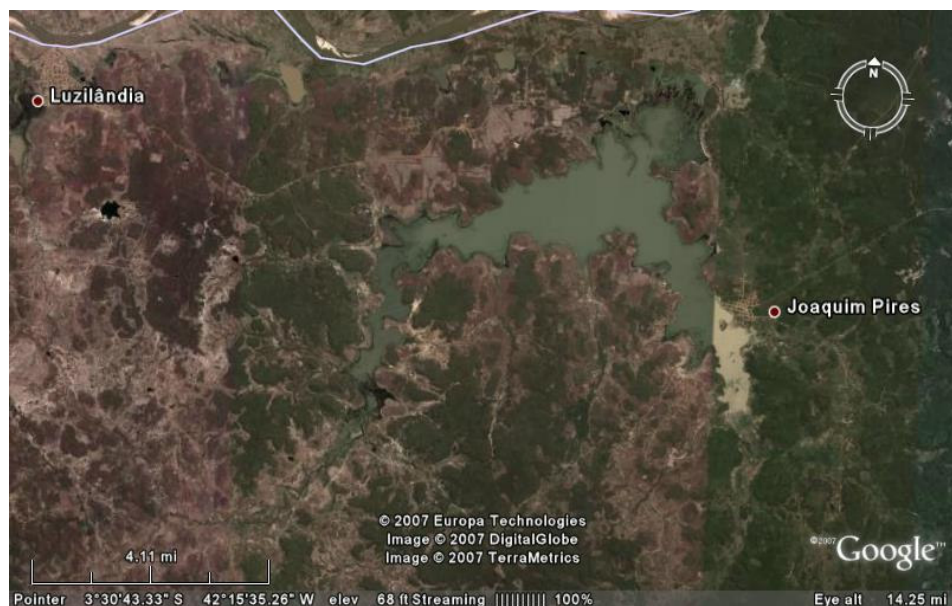


Figura 02: Imagem de satélite da Lagoa do Cajueiro e seu entorno

Fonte: Google Earth (outubro, 2007)

As informações sobre a Lagoa do Cajueiro nos foram fornecidas pelo Sr. Francisco das Chagas Castelo Branco, conhecido como Chagas Clarindo, importante morador da cidade

de Joaquim Pires, haja vista que ele está recolhendo informações com os moradores mais antigos, complementadas com documentos, e que resultará numa publicação sobre a história do município. Hoje, só existe um documento do mesmo autor, mimeografado, porém contendo valiosas informações gerais sobre a história, personalidades e demais fatos relevantes à Joaquim Pires e que tanto contribuíram com este estudo.

A Lagoa do Cajueiro é alimentada não só pela água da chuva que ali cai diretamente, mas também por riachos, destacando-se os de São Nicolau, Grande, São Gregório e Cajueiro, além do próprio rio Parnaíba, o qual, nos períodos de grandes cheias, se comunica com a lagoa através de um canal conhecido por igarapé da Forquilha.

A topografia das margens da lagoa não apresenta, de um modo geral, grandes variações de nível. São, com raras exceções, terrenos baixos protegidos por vegetação típica da região, de constituição sílico-argilosa e massapé, habitada por uma grande variedade de aves de hábitos aquáticos, as quais podem ser observadas com maior incidência nos locais menos freqüentados pelos homens. Também se pode destacar a diversidade de peixes, tendo sido catalogadas quarenta e oito espécies de peixes.³ Essa grande variedade aquática e a dimensão da lagoa demonstram o grande potencial de desenvolvimento do turismo de pesca esportiva.

A Lagoa do Cajueiro, ocupa parte da zona rural dos municípios de Luzilândia e de Joaquim Pires, bem como a sede deste último, é circundada por carnaubais que acompanham a sua extensão, formando uma paisagem de grande beleza cênica. Na sede de Joaquim Pires há, na margem da lagoa, um lugar chamado “Ilha”, dotado de infra-estrutura de alimentação e lazer. Também existe, na parte oeste da Lagoa, para onde se deslocam os luzilandenses, outro lugar usado pelas comunidades circunvizinhas para a prática do lazer. Em termos de equipamentos de infra-estrutura turística, são os únicos existentes atualmente no seu entorno. Os demais são pequenos pontos de banho utilizados pelas comunidades, mas sem nenhuma infra-estrutura.

Há alguns anos, existia um posto do DNOCS à margem da Lagoa. Além do prédio principal, foram construídos dois abrigos para dar suporte aos pescadores e, ao lado, a residência do encarregado. Hoje esse posto está desativado, servindo apenas como ponto de apoio.

³ Segundo pesquisa realizada por técnicos do serviço de piscicultura do DNOCS em 2006.

Dentre os principais dados da Lagoa do Cajueiro podem-se destacar os expostos no quadro 02:

Comprimento	8,3 km
Largura	6,9 km
Contorno total	37,7 km
Área total	1.700 ha
Área correspondente a Joaquim Pires	1.038 ha
Área correspondente a Luzilândia	662 há
Volume d'água	37.400.000 m ³
Profundidade média	2,2 m
Transparência da água	15,2 cm de profundidade
Temperatura	Máxima 31,5° C e mínima 28,5° C
Fundo	Levemente inclinado, com formação argilosa e espessa camada de lodo.

Quadro 02: Principais dados da Lagoa do Cajueiro

Fonte: Castelo Branco, 2006

As características da Lagoa do Cajueiro tornam-se apta à prática do turismo aquático, já que este não se caracteriza apenas por grandes navios e milhares de turistas, podendo também ser realizado com embarcações menores para a navegação de recreio e competições esportivas. O maior potencial da lagoa está na possibilidade de acesso e utilização de locais mais restritos. Assim podem ser incluídas atividades como passeios em pequenas embarcações, trilhas ecológicas, turismo de pesca, esportes náuticos, pedalinhos, dentre outros.

3 AS COMUNIDADES E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE LOCAL

As comunidades podem ser compreendidas como agrupamentos de pessoas que vivem numa região, tendo por característica essencial uma forte coesão, baseada no consenso espontâneo de seus integrantes e traduzida por atitudes de cooperação em face de interesses e aspirações comuns, podendo, assim, vir a se transformar num público dos mais importantes para a atividade de relações públicas.

A comunidade exerce um grau de influência proporcional ao tamanho da sua participação no processo, sendo que os responsáveis pelas políticas precisam conhecer esse grau de influência, como ressalta Swarbrooke (2000, p.65):

as comunidades têm o controle total da política estratégica e das decisões táticas em relação ao turismo na área; as comunidades têm poder de veto contra todas as políticas e decisões sobre turismo que estejam nas mãos das entidades do setor público; as comunidades estabelecem as prioridades e os parâmetros da política e/ ou das decisões do setor público; às comunidades é permitido escolher uma política ou estratégia entre um pequeno número de opções, todas as quais foram geradas pelos que elaboram as políticas do setor público; as opiniões da comunidade são utilizadas para ajudar a justificar as decisões tomadas pelos órgãos do setor público; a comunidade é consultada, mas os seus pontos de vista não influenciam significativamente a política do setor público.

Isso em termos poderia ser chamado de ‘Grau de Influência da comunidade’⁴, sendo que, na questão fundamental de direitos, os de uma comunidade local muitas vezes se contrapõem aos da comunidade nacional, e até aos da população mundial como um todo. Ainda divergem-se em alguns pensamentos. Porém, é indiscutível o valor de sua participação.

Os efeitos do desenvolvimento local dependem da incorporação do território socialmente organizado, da capacidade das populações locais de agir com criatividade a partir da produção do conhecimento e das inovações geradas pelo seu tecido produtivo. A construção de ambientes inovadores e criativos estará diretamente relacionada aos movimentos dos grupos locais quando estes percebem as diversas maneiras de produzir e

⁴ No livro Turismo Sustentável – Meio Ambiente e Economia, Swarbrooke (2000, p.65) define como: “controle total da política, poder de veto, prioridades, permissão de escolha, justificação e ponto de vista da comunidade”.

reproduzir o desenvolvimento a partir do relevante papel de cada grupo no conjunto dos territórios e da sociedade.

A comunidade local oferecendo atrativos que possam motivar o turista a conhecer e usufruir dos bens ofertados é de grande valia para o desenvolvimento do turismo local, pois isso gera divisas, movimentando a economia local e oferecendo um número maior de postos de trabalho. Por outro lado, deve a comunidade estar atenta no sentido de minimizar os impactos que acontecerão no seu espaço, e, para isso, precisa haver planejamento, organização, direção e controle de todos os seus arredores, além da participação e mobilização de todos.

Os municípios transmitem às comunidades residentes expectativas de que a atividade turística “milagrosa” poderá reverter a precária situação econômica em que se encontra a maioria deles, sem mensurar os impactos trazidos pela atividade e, como consequência, tem-se uma atividade turística que contempla somente a satisfação exclusiva dos turistas, causando prejuízos ao meio ambiente e às comunidades locais.

Ressalte-se que a dificuldade de percepção desses impactos é um dos grandes problemas enfrentados pelos municípios. Desse modo, comunidades que começam a se desenvolver aumentam o volume de circulação de moeda no local e não compreendem a necessidade de limitar a atividade para que ela possa se tornar sustentável. Percebe-se que a visão de “desenvolvimento” ligada ao aumento do número de postos de trabalho e de visitantes ainda é significativa na maioria dos locais que começam a ter rentabilidade com o turismo.

É preciso, pois, que o planejamento da atividade aconteça de forma participativa, incluindo a comunidade como agente, porém os problemas começam a surgir quando se discutem as formas como se deve dar essa participação, pois muitas entidades públicas e privadas não consentem na participação desses cidadãos. Isso porque, os resultados precisam ser apresentados a bancos de financiamento internacionais, que priorizam os valores lucrativos, olhando a atividade turística mais como um produto e não como uma alternativa de beneficiamento à comunidade, a qual, devido a isso, acaba por ficar à espera da ajuda dos governos federal e estadual e das prefeituras. No entanto, os mesmos bancos passaram a exigir também o controle dos impactos da atividade turística, despertando um maior controle dos órgãos que precisam do recurso de tais bancos.

3.1 A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS NO TURISMO

Para analisar a condição das comunidades receptoras do turismo, é necessário lembrar, primeiramente, a importância da investigação sistemática das expectativas e necessidades dos sujeitos sociais, especialmente nas comunidades receptoras do turismo.

Quando se fala em comunidade, Swarbrooke, (2000, p.59) diz que “está na essência da maior parte da literatura sobre turismo sustentável”, já que uma das pedras fundamentais do turismo sustentável é a idéia de que a comunidade local deve participar ativamente no planejamento do turismo e se tornar o agente que rege o desenvolvimento do turismo local e das atividades a ele relacionadas.

Portanto, segundo Swarbrooke (2000, p. 60), a comunidade:

cobre todas as pessoas que vivem em todas as cidades ou aldeias onde elas se hospedam ou que visitam durante as férias; a principal influência deva estar nas mãos daqueles que nasceram e foram criados numa comunidade. Os interesses podem trazer conflitos para as comunidades majoritárias e minoritárias; no entanto as decisões são tomadas por uma elite econômica e política eleita. No entanto, dentro de qualquer comunidade, é provável que haja uma série de grupos com interesses muito diferentes, que terão posições diversas sobre a questão do turismo.

A idéia de comunidade é aconchegante, confortável, já que as pessoas que vivem na área compartilham um senso de propósito e identidade, sugerindo estabilidade e consenso, um conceito atraente num mundo em que talvez a mudança e o conflito sejam muito mais comuns. As comunidades locais, portanto, apresentam, identidade própria e fortalecimento de sua capacidade organizacional, condições para evitar que empresas e organizações externas de grandes cidades limite suas potencialidades de atuação.

Os membros das comunidades podem ser divididos, segundo Swarbrooke (2000, p.63), em

elites e o restante da população; residentes nativos e imigrantes; os que atuam na indústria do turismo e os que não atuam na mesma; proprietários e arrendadores de imóveis; pessoas mais jovens e pessoas mais idosas; empregadores e empregados ou os autônomos; os que possuem carros particulares e os que dependem do transporte público; residentes que estão

‘bem de vida’ e os menos prósperos; comunidades majoritárias e comunidades étnicas minoritárias.

Essa diversidade cria diferentes grupos de interesse e algumas implicam em conflitos, como as tensões entre os gostos dos jovens e dos idosos, ou entre empregadores e empregados. Mesmo assim, embora a comunidade ainda mostre a falta de capacidade de concorrer com muitas localidades mais desenvolvidas no mercado, vai depender muito da incorporação do território socialmente organizado, da capacidade das populações locais de agir com criatividade, a partir da produção do conhecimento, e das inovações geradas pelo seu tecido produtivo.

Por conta disso, Swarbrooke (2000, p.64) racionaliza o envolvimento da comunidade no planejamento do turismo, supondo que o mesmo:

cumpra o conceito da democracia; dê voto aos que são mais afetados pelo turismo; faça uso do conhecimento local, para assegurar que as decisões tomadas sejam bem fundamentadas; reduza o conflito potencial entre os turistas e a comunidade local, envolvendo-a para que ela aplane o caminho no qual o turismo se desenvolve.

Existe a idéia que, de alguma forma, essa seja a coisa justa e certa a ser feita, mesmo que isso não signifique dizer que o envolvimento da comunidade assegure um desenvolvimento de turismo com melhor qualidade ou menos conflitos entre as comunidades locais e os turistas.

As atividades econômicas de modo geral afetam a estrutura demográfica, criando empregos que, por sua vez, geram, além do êxodo rural, migrações inter-regionais. Isso porque essa força situacional pode por um lado, sustar a emigração, principalmente dos jovens, graças ao aumento da oferta de trabalho, e por outro, na medida em que certas habilidades e competências profissionais exigem uma mão-de-obra qualificada, e mesmo especializada, tende-se a recrutá-la nos centros mais desenvolvidos. Além disso, também é verdade que os pólos turísticos atraem o desemprego das áreas do entorno, desse modo, a estrutura social torna-se cada vez mais diferenciada.

Para alguns, a idéia de desenvolvimento turístico municipal foi significativamente baseada na chegada de resorts internacionais, com bandeiras que traziam, entre tantas bagagens, a própria mão-de-obra, não utilizando a comunidade onde se instalara. Acreditava-se que a chegada de tais empreendimentos pudesse favorecer o desenvolvimento local, no entanto, gerou expectativa frustrada para as comunidades residentes, que aguardavam de alguma forma a inclusão no tão falado desenvolvimento.

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local mobiliza e explora as potencialidades locais e contribui para elevar as oportunidades sociais, a viabilidade e competitividade da economia local. Simultaneamente, deve assegurar a conservação dos recursos naturais existentes, pois estes constituem a base das potencialidades turísticas e condição para a qualidade de vida da população local. Assim, o desenvolvimento local sustentável resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local (redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos) e a eficiência econômica (com agregação de valor na cadeia produtiva) e da gestão pública eficiente (BUARQUE, 2006).

Compartilhando da mesma idéia, Nascimento e Carvalho (2008) ressaltam que o desenvolvimento turístico local pode ser definido como um processo de crescimento e transformação estrutural que, mediante a utilização de um potencial de desenvolvimento existente no território, conduz a uma melhoria do bem-estar da comunidade local, sendo ela capaz de liderar esse processo em todas as suas fases.

Essa idéia pode ser pensada junto às comunidades do entorno da Lagoa do Cajueiro, fazendo com que as mesmas participem do processo de planejamento e implantação da atividade turística de tal modo que o crescimento e transformação cultural sejam trabalhados minuciosamente com a comunidade a fim de que prevaleçam como aspectos positivos e não como aspectos negativos para a comunidade.

A idéia de turismo de base local começou a ser trabalhada e percebida por pequenas comunidades quando o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, com novas concepções de planejamento territorial do turismo, em 1996, traduziu e publicou em português o material da OMT, intitulado *Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais*, documento que apresenta base conceitual e metodológica sobre o

assunto, importantes para o turismo de base local, especialmente na sua implementação. (RODRIGUES, 1999)

Essa publicação da OMT (1996), destaca que a participação local constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento de sistemas comunitários, sendo que a participação local não se confunde com modelos nos quais apenas se informa à população as ações políticas, o envolvimento real de todos os atores sociais nos processos de implementação e gestão.

Ao planejar uma cidade, uma região, ou um segmento da economia, pode-se considerar possível a participação direta daqueles que serão envolvidos pelo empreendimento. A questão principal então é: como alicerçar, nas comunidades, ações que permitam que a identidade local seja reconquistada, oferecendo às pessoas a formação necessária para que percebam quanto podem contribuir para seu próprio bem-estar e o de sua comunidade?

No Brasil, a Constituição Federal prevê ainda mecanismos de democracia direta, como o referendo e o plebiscito, os quais podem ser utilizados em vários níveis de articulação do planejamento. A questão da participação tem relação direta com o conceito de cidadania, à medida que este se refere à condição de um indivíduo poder decidir seu próprio destino.

De modo geral, numa visão tecnocrática, justifica-se que a complexidade técnica é tal que impede que a população participe, pois não teria condições de entender os mecanismos que levaram à tomada de decisão, todavia os conhecimentos dos aspectos técnicos que levaram à escolha não justificam a atitude autoritária, pois o fundamental é a apresentação do cenário que foi escolhido e se este satisfaz às necessidades materiais e de qualidade de vida dos envolvidos.

Normalmente, existem vários cenários alternativos, a alegação de que só existe um possível encobre uma opção de determinado segmento social – grupo, classe ou camada – que detém o controle, seja do aparelho do Estado no aspecto de Plano de Desenvolvimento Nacional, seja de um Município, no caso de um Plano Diretor de Desenvolvimento ou de um Plano de Desenvolvimento Turístico. Nesse contexto, a participação, para ser efetiva, deve estar acompanhada de administração pública responsável, preocupada com o bem-estar da comunidade e envolvida em projetos e programas voltados para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Por outro lado, ao tratar de participação, deve-se considerar o amplo leque de atores a serem contemplados, pois a participação do cidadão não se dá de forma localizada, em sua comunidade, sendo que pessoas do outro lado do planeta podem querer envolver-se no debate das conseqüências do planejamento. Basta que exista algo ou causa pertinente que lhes interesse, que passarão a influenciar positiva ou negativamente os agentes do planejamento. Por exemplo, uma área que abriga espécies ameaçadas de extinção, que apresentam um grau de importância relativa, certamente envolverá pessoas de diferentes partes do mundo em sua modificação eventual.

As organizações não governamentais - ONGs, por exemplo, são um dado novo e importante da participação o qual vem se acentuando nos últimos anos, constituindo uma cidadania organizada, que atua tanto no nível local, como no nacional ou global, podendo ser parceira ou adversária num processo de planejamento. Entretanto, Endres (1998, p.9) ressalta que

em áreas onde não há pequenas populações, a componente participação comunitária não possui uma análise profunda (equidade social), dá-se mais ênfase à conservação da natureza (prudência ecológica); onde as questões ambientais e comunitárias não se colocam como problemas, a componente planejamento se restringe a uma análise de mercado apoiada por incentivos mediante políticas públicas (eficiência econômica); enfim, essas componentes dificilmente são avaliadas de modo igual e equilibrado nos trabalhos realizados no meio acadêmico sobre o potencial do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável.

É preciso que a comunidade receptora tenha consciência quanto à chegada dos visitantes, verificando os impactos positivos e negativos da atividade turística. Quanto mais os impactos do turismo são percebidos pelos residentes, maiores são as possibilidades de melhor lidar com eles. Monteiro e Monteiro (2008, p.4) comentam ainda que

os moradores devem possuir um olhar crítico para a prática do turismo, percebendo que este poderá valorizar seus patrimônios culturais, naturais e ainda gerar renda na comunidade com a venda do artesanato, divulgação da gastronomia local, etc. É necessário ressaltar que a relação entre moradores e turistas deve ser harmônica e se caracteriza por ser nutrida de interesses de ambas as partes.

Esse envolvimento da comunidade no desenvolvimento turístico, no entanto, para ser efetivo, é necessário que os moradores locais se envolvam diretamente no processo de tomada de decisões e colaborem para a solução de problemas comuns e prioritários, a partir do senso de co-responsabilidade e cidadania, elementos essenciais para a sustentabilidade (IRVING, 2005).

Segundo Zechner et. al (2008), no Brasil, o conceito de turismo comunitário ou turismo de base comunitária surgiu como tema de discussão científica, a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), em 1997. Esse debate científico continua com a participação de comunidades, universidades e movimentos sociais na ocasião do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, em 2003.

Para a organização *World Wide Fund* (WWF)⁵ (2001, apud IRVING; MENDONÇA, 2004, p.13),

turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais.

Isso significa que se devem implantar melhorias em nível local para atender aos interesses, primeiramente, dos seus moradores, e, em seguida, buscar a satisfação dos turistas, pois um lugar que é bom para a sua comunidade, também é bom para os seus visitantes. Essa atenção aos residentes é imprescindível, pois, ao terem ao seu dispor serviços que melhorem sua qualidade de vida, elevem a sua auto-estima e contribuam para a valorização do seu ambiente, terão uma maior motivação para melhorar também a forma com que atenderão ao visitante. Também é importante ressaltar que, se a comunidade não estiver inserida no processo de promoção do turismo, consciente acerca de sua importância, entendendo o que é a atividade turística e os seus impactos positivos e negativos, não conseguirá desenvolver a atividade de forma sustentável.

Outro ponto importante a ser considerado no que diz respeito à atividade turística é o papel a ser desempenhado pela comunidade, a qual faz parte do produto turístico, devendo

⁵ WWF Brasil. Certificação em turismo: lições mundiais e recomendações para o Brasil. SALAZAR, Sergio (coord.). Brasília: WWF-Brasil, 2001.

aceitar soberanamente cumprir o papel de ser um atrativo para os visitantes, de modo a compor a paisagem do local que é ofertado a um público extenso. Nesse sentido, é muito importante estabelecer limites para o cumprimento desse papel, já que, sem isso, a qualidade da atividade poderá ficar seriamente comprometida.

No processo de desenvolvimento turístico comunitário, se faz necessário, cada vez mais, a participação dos residentes atuando como agente de relações públicas, vendendo a localidade. Também é através dela que se pode fiscalizar a atividade, avaliar os reais impactos sentidos pelas populações locais e quais as mudanças seriam mais bem aproveitadas por elas. Todavia isso só pode ser feito com o conhecimento da comunidade sobre a atividade, desse modo, não basta incluí-la no meio do processo de desenvolvimento, sendo necessária a sua participação e envolvimento em todo o processo, desde o planejamento até a fiscalização, como evidencia Beni (2006, p.62):

a comunidade passou a ser considerada uma força dinâmica, constantemente em mudança, cada vez mais organizada e dirigida. As instituições públicas e privadas sabem que essa nova força comunitária pode pressioná-las fortemente, bem como impulsioná-las ou até mesmo arruiná-las, ocasionando profundas alterações sociais e destruindo crenças tidas como imutáveis.

É nesse sentido que a comunidade, tida como um agrupamento de pessoas que vivem numa determinada região e têm por principal característica a coesão, traduzida pelas atitudes de cooperação em face de interesses e aspirações comuns, pode se transformar no eixo mais importante para o desenvolvimento de uma atividade dinâmica como o turismo.

Compreendida desse modo, portanto, na atividade turística a não-participação da comunidade em seu planejamento pode significar sérios problemas futuros. De acordo com Teixeira (1999, p. 99), “a indisponibilidade comunitária com relação ao turismo ou a inadequação dos atrativos turísticos locais ao conceito de produto oferecido comprometerão fortemente qualquer tentativa de exploração turística”, logo não basta a um município ser dotado de atrativos turísticos para que possa se transformar em um destino turístico, sendo necessário que a comunidade permita e favoreça o desenvolvimento da atividade, e mais ainda, que faça parte dela, se transformando também num atrativo local.

3.2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO DE BASE LOCAL

Os primeiros sinais de participação do Estado na atividade turística coincidem com maior intervenção deste na economia, em meados de 1930. Nesse período surge o Decreto-lei nº. 406, de 4 maio de 1938, que previa “autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias” (FERRAZ, 2000 apud DIAS, 2003, p. 128). Assim percebe-se a busca do desenvolvimento e expansão das diversas áreas do turismo, diversificando as atividades, que se desdobram por todo país.

Na mesma década é criada, através do Decreto-lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, a Divisão do Turismo, primeiro órgão oficial de turismo na administração pública federal. Amplia-se, assim, o significado do turismo para a administração pública federal, explicitando-se uma preocupação com o conjunto de serviços relativos ao turismo interno e externo, não mais se restringindo a legislar sobre a venda de passagens.

Somente em 1958, entretanto, é que se criou a Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR, como um primeiro esforço de articulação de uma política nacional de turismo. Dentre as atribuições da COMBRATUR relatadas por Ferraz, (1992, apud DIAS, 2003, p. 129) temos:

a coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao fluxo do estrangeiro; o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas; a simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meios de transportes e hospedagem; a promoção e ao estímulo, por todos os meios a seu alcance dos planos e equipamentos turísticos, especialmente os que se referem à construção e à remodelação de hotéis; a criação de serviços e instalações que ampliem e completem as zonas turísticas; a realização, com a colaboração dos Estados e Municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país, a fim de ser levantado o patrimônio natural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados como atração turística.

Em 1992, se estabelecem as diretrizes da Política Nacional de Turismo, as quais foram baseadas na prática do turismo como forma de promover a valorização e a preservação do patrimônio natural e cultural do país. A mudança da presidência, em 2003, trouxe a criação

do Ministério do Turismo, o qual teve como principais atribuições: política nacional de desenvolvimento do turismo; promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior; estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo.

Afirma Hall (2001, p. 26) que “as políticas de turismo estão intimamente relacionadas aos valores culturais e ideológicos, as tendências e preocupações do momento de sua elaboração”. Dessa maneira, é possível observar as alterações, analisando-as no contexto da própria evolução da atividade turística, destacando-se algumas importantes fases da política internacional de turismo:

1945-1955: a desagregação e a racionalização da política, da alfândega, da moeda e das regulamentações referentes a saúde que haviam sido adotadas após a Segunda Guerra Mundial; 1955-1970: maior envolvimento do governo no marketing turístico a fim de aumentar o potencial de ganho do setor; 1970-1985: as políticas começavam a focar o turismo como agente de desenvolvimento regional, havendo um crescente envolvimento governamental no fornecimento de infra-estrutura; 1985-Atual: o uso continuado do turismo como instrumento de desenvolvimento regional, maior foco nas questões ambientais, menor envolvimento do governo no fornecimento de infra-estrutura turística, maior ênfase no desenvolvimento de parcerias público-privadas e auto-regulamentação do setor (HALL, 2001, p.37)

Na década de 90 se passou a criticar o turismo e a se verificar que o turismo comunitário emerge fazendo um contraposto com o turismo convencional. Isso ocorre após o período de danificação dos recursos naturais e a partir daí, percebe-se que a matéria-prima do turismo, ambiente natural e cultural não tem como sobreviver somente se for consumido sem nenhuma preocupação com o futuro. O turismo comunitário começa a entrar nas discussões sobre uma forma de trazer a sustentabilidade para a atividade turística.

O papel da política de turismo, assim como sua abrangência, varia conforme as necessidades e os objetivos de cada local, conforme as propostas de cada governo que assume o poder local, estadual e nacional. Observa-se duas posturas relacionadas ao papel da política de turismo: por um lado, uma visão comercial, que acredita contribuir para o turismo obter resultados mais eficazes; por outro, a política funciona como estratégia para o

desenvolvimento harmonioso, estabelecendo limites e garantindo o atendimento das necessidades e expectativas das comunidades receptoras.

Em localidades como as do entorno da Lagoa do Cajueiro, é importante observar tais características para obter os resultados esperados. Nesse sentido, se faz necessário aproveitar as atividades produtivas já existentes aliando-as à alternativas de desenvolvimento econômico e turístico, bem como auxiliar na manutenção da conversação da lagoa, principal recurso natural utilizado como fonte de entretenimento e subsistência para as famílias que residem ao seu redor.

Portanto, a política de turismo funciona tanto no estímulo e no controle direto do desenvolvimento do turismo como também tem que preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade. Ao tentar estabelecer as funções de uma política de turismo, muitas vezes, torna-se difícil compreender as diferenças entre suas atribuições e seu papel. Uma análise do conjunto permite destacar algumas de suas principais funções. Segundo Ruschmann (2006, p. 93), a política de turismo “procura definir os termos em que as operações turísticas devem funcionar, determinando o produto, a imagem e o tipo de turista desejado; facilitar a discussão e o consenso a respeito dos objetivos a serem atingidos; proteger os interesses da sociedade”. Desse modo, o planejamento de toda a atividade turística, no regime participativo, deve acontecer para que a localidade estabeleça antecipadamente os tipos de turistas que ela gostaria de receber, quais as prioridades de estruturação e onde a comunidade vai participar, levando sempre em consideração os aspectos característicos de cada localidade.

Embora se reconheça a importância da política de turismo para o desenvolvimento do setor, nem sempre é possível desenvolver uma discussão aprofundada, ou obter consenso sobre o melhor caminho a seguir. Essas dificuldades refletem-se nos resultados e na aceitação das decisões tomadas.

Em comunidades pequenas, como as localizadas no entorno da Lagoa do Cajueiro, ainda é bastante significativa a quantidade de pessoas que não têm qualquer entendimento sobre o que seja a atividade turística, bem como sobre quais benefícios e malefícios ela pode trazer, sendo, por isso, importante o papel das políticas também para estender esse conhecimento, tão importante para o desenvolvimento da atividade.

Quanto à formulação de uma política de turismo, ela contempla a observação e a análise da situação de modo macro e é capaz de orientar a tomada de decisões de longo prazo, portanto são necessárias informações constantemente atualizadas, contando-se ainda com o envolvimento e o compromisso dos diversos segmentos que atuam no turismo, a fim de se promover e estimular a participação contínua e realista na tomada de decisões, que assegurem a continuidade da atividade com sustentabilidade.

Resende (2008, p. 252) ressalta que “o grande dilema do turismo é conciliar o desenvolvimento econômico, preservação da cultura tradicional, políticas públicas e justiça social em uma destinação”. Cada localidade deve empreender ações que favoreçam a infraestrutura local, melhorando a qualidade de vida das comunidades residentes e fortalecendo o seu patrimônio natural e cultural, para, a partir desse momento, passar a desenvolver a comunidade.

Vários estudos e eventos abordam essa concepção, e, como exemplo, pode ser citado o Encontro Nacional do Turismo de Base Local, que, desde o ano de 1997, realizado a cada dois anos, constitui-se em fórum de discussão do assunto, transformando-se num dos maiores eventos nacionais da área. Idealizado e coordenado pela profa. Dra, Adyr Balastrieri Rodrigues, tem como tema principal os modelos alternativos de desenvolvimento turístico mais adequado à realidade das pequenas localidades brasileiras. (ENTBL, 2007). Segundo Resende (2008, p. 253),

o desenvolvimento de base local é uma bandeira com nítido viés ideológico, cujo maior escopo é a inclusão social através da melhoria da qualidade de vida das unidades familiares de comunidades desprovidas de condições dignas de existência. Visto dessa forma, o desenvolvimento do turismo com base local é antes de tudo social, não se vinculando necessariamente a um crescimento econômico significativo.

Para a prática do turismo sustentável, é necessário o envolvimento da comunidade em que o turismo está sendo desenvolvido, e, para que se obtenha sucesso, precisa haver um planejamento turístico que a envolva. Nessa perspectiva, notam-se cada vez mais presentes as práticas conhecidas como o desenvolvimento endógeno.

Essas orientações básicas de desenvolvimento podem se concretizar através de reuniões com as lideranças e associações locais, onde se explica o processo de planejamento e

organização do turismo e mostra-se como cada um dos envolvidos pode contribuir para o desenvolvimento da atividade de forma sustentável. Por isso o desenvolvimento endógeno depende da capacidade dos atores envolvidos no processo e da forma como a sociedade local se estrutura e se mobiliza. Quanto maior a mobilização, maior o entendimento da atividade turística e das prioridades a serem desenvolvidas.

Benevides (2002) interpreta o desenvolvimento turístico local como um equalizador de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida. São aspectos que favorecem o desenvolvimento sustentável do turismo sob o olhar e participação da comunidade local. Complementando, o mesmo autor reafirma que

(...) o desenvolvimento local tem no turismo uma representação de mediação mitigadora entre globalização ‘desnaturalizante’ / homogenizadora / excludente e desenvolvimento local conservacionista / ressingularizador / identitário / participativo. O local passa assim a ser um referenciado não somente no sentido valorativo da escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento, um espaço que, por estar à margem desse padrão, preserva relações comunitárias pouco hierarquizadas, e enseja a continuidade de formas mais ambientalmente sustentáveis de produzir, submetidas às culturas de intercâmbio material tradicional entre sociedade e natureza (BENEVIDES, 2002, p.27).

Essa articulação entre local, desenvolvimento e sustentabilidade é elemento estimulador que ocorre com a efetivação do turismo rural, o qual a EMBRATUR (1994) vê como um turismo diferente, de interior, doméstico, integrado, endógeno, alternativo e verde, ou seja, que respeita a identidade local, realizando e produzindo renda, bem como inserindo a comunidade nas potencialidades promovidas pelo turismo.

Contribuindo com essa discussão, Buarque (2006, p. 30) ressalta que

o desenvolvimento de uma localidade – município, microrregião, bacia, ou mesmo espaço urbano – deve ter um claro componente endógeno, principalmente no que se refere ao papel dos atores sociais, mas também em relação às potencialidades locais. O desenvolvimento local está associado, normalmente, as iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade,

articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto externo.

As tentativas de mobilizar as comunidades a participar da gestão do desenvolvimento turístico, entretanto, não são muito trabalhadas porque a maioria dos poderes públicos necessita apresentar aos bancos de financiamentos internacionais os seus resultados, além de mostrar esses mesmos resultados em campanhas políticas. Desse modo, atualmente, muitas comunidades ficam à espera dos programas de assistencialismo, fato este que não ajuda no fortalecimento da produção local e do desenvolvimento de atividades que elas são capazes de executar.

Por outro lado, percebe-se a insatisfação dos cidadãos e a busca de mudar essa realidade, porém, segundo Beni (2006), a questão principal é como fomentar nessas comunidades ações que combatam a exclusão social, que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade local e possam oferecer a essas comunidades as formações necessárias para que percebam quanto podem contribuir no desenvolvimento e na construção do turismo sustentável.

De acordo com Ruschmann (1997), o planejamento turístico visando à integração dos fatores de desenvolvimento surgiu como uma consequência e reação aos planos excessivamente voltados aos aspectos específicos, como o econômico e o físico. Antes, era levado em consideração somente o crescimento da atividade turística em números, sendo a mesma praticada com um número de massa de turistas, sem a preocupação com a localidade receptora e os impactos negativos gerados pela atividade.

O reconhecimento da amplitude do turismo como um fenômeno e a abrangência dos fatores de forma conjunta, além do caráter multi e interdisciplinar da atividade tornar imprescindível que seja realizado o planejamento integrado nas localidades receptoras do turismo, já que as mesmas acabavam por sofrer consequências de ações que não levem em consideração a economia local, a cultura e a vida rotineira dos residentes.

Para Ruschmann (1997, p.100), o desenvolvimento integrado do turismo

tem por objetivo o desenvolvimento coerente dos elementos físicos, econômicos, sociais, culturais, técnicos e ambientais, para satisfação de turistas e empresários e deve, necessariamente, estar inserido em uma política global, empreendida pelo governo.

Não há como empreender o turismo numa localidade se as políticas municipais desta não forem condizentes com a política nacional, por isso, é importante que a gestão do município entenda o que a política nacional de turismo tem como diretriz para poder trabalhar em harmonia, elaborando projetos que estejam de acordo com as linhas de financiamento dos programas em níveis estadual e federal.

Dias (2003) comenta ainda que a participação comunitária, para ser efetiva, deve se preocupar com o bem-estar da comunidade, e envolver-se em projetos e programas voltados para a melhoria da qualidade de vida dos residentes. Como exemplo de programas, podemos citar o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste - PRODETUR/NE, o qual tem como objetivo desenvolver um planejamento turístico capaz de alcançar, de maneira favorável, as comunidades locais da região Nordeste, marcadas por um quadro de carência econômica. O PRODETUR apóia as localidades através de programas sociais por parte do governo e da iniciativa privada, beneficiando-as a partir de ações concretas orientadas para o planejamento que não somente inclua, mas que também dê prioridades às representações de grupos locais.

Nesse âmbito, para uma utilização realmente sustentável, é necessária a incorporação de alternativas de turismo comunitário, em que as populações locais se envolvam nos planos de gestão, além de incorporar os benefícios resultantes da atividade. Para Coriolano (2006, p. 201), o turismo comunitário é aquele em que “as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”, de acordo, portanto, com a prática da proposta de turismo sustentável da OMT.

Assim, toda a comunidade se torna, ao mesmo tempo, articuladora e construtora da cadeia produtiva do turismo, sendo que a renda e o lucro permanecem na comunidade receptora, colaborando para melhoria do bem-estar e da qualidade de vida local.

A política nacional de turismo contribui com o favorecimento do turismo participativo com a comunidade no momento em que ela propõe um processo de gestão compartilhada e descentralizada que envolve a iniciativa privada, os diversos níveis de governo e as instâncias de representação regional do turismo, tendo como referência os macroprogramas e programas que constituem o Plano Nacional de Turismo - 2007/2010, que dentre suas principais metas,

tem a de estruturar 65 destinos indutores com padrão de qualidade internacional até o ano de 2010 (MTUR, 2008), como forma de promover o desenvolvimento do turismo regionalizado em todo o país e fortalecer a gestão descentralizada e participativa da política nacional de turismo.

Constituindo um macroprograma do PNT 2007/2010, o programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil propõe a estruturação de roteiros turísticos intermunicipais nas regiões turísticas brasileiras, com base nos princípios da cooperação, integração e sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e política. O programa envolve 149 regiões turísticas e 1207 municípios localizados em todas as Unidades da Federação. Segundo Barbosa (2008, p. 18), a identificação desses destinos indutores foi realizada com base em critérios que consideram primeiramente que “todas as Unidades da Federação e suas capitais deveriam ser contempladas; cada Unidade da Federação precisa ter no mínimo um e no máximo cinco destinos indutores de desenvolvimento turístico regional”.

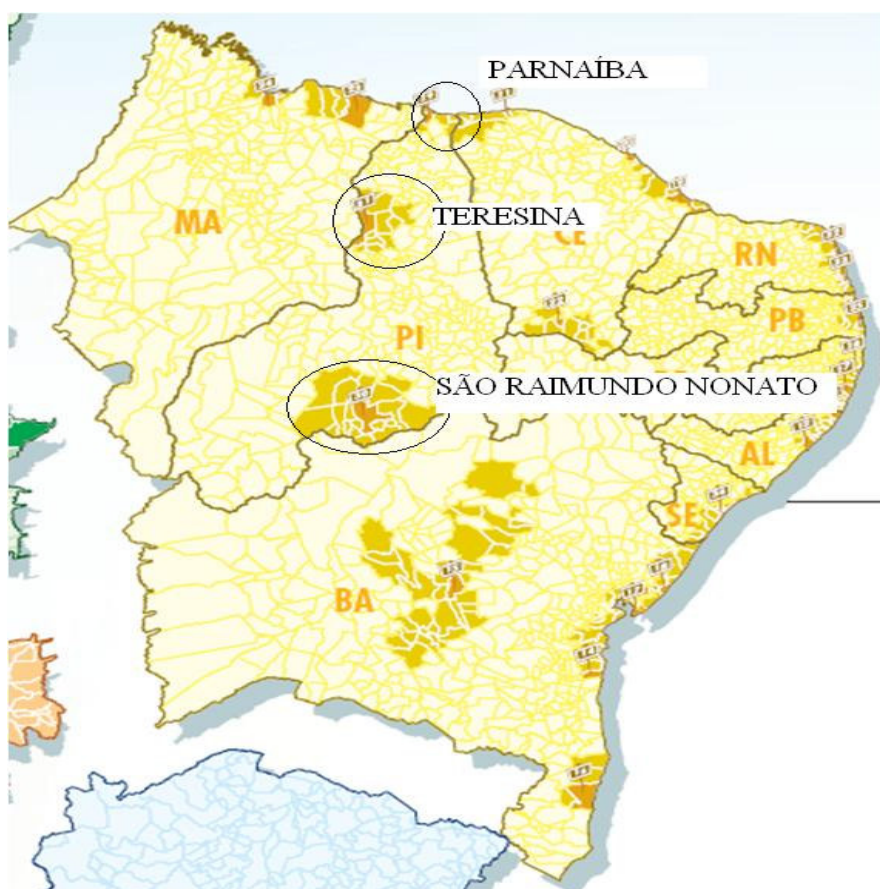


Figura 03: Distribuição espacial dos destinos indutores selecionados no estado do Piauí.
Fonte: Elaboração da pesquisadora, a partir do mapa dos 65 destinos indutores do Brasil.
(MTUR, 2008).

Na região Nordeste, o estado do Piauí conta com três destinos indutores: além da capital, Teresina, as cidades de Parnaíba e São Raimundo Nonato, conforme demonstrado na figura 03. A Lagoa do Cajueiro aloca-se em municípios contemplados com ações do programa devido a sua proximidade com a cidade de Parnaíba, sede do Pólo Costa do Delta. As ações do programa 65 destinos indutores, quando implantadas, podem estender-se até a área da Lagoa do Cajueiro, estimulando o turismo da região, cumprindo assim, uma das finalidades do programa é o desenvolvimento não só do destino indutor, mas também daqueles localizados próximos a eles.

A política de turismo do Piauí está voltada para a idéia de desenvolvimento econômico nos municípios e tem por base o ordenamento e otimização da utilização de recursos naturais e culturais. Ainda, dentro desses pressupostos de desenvolvimento, a política também está baseada na proteção e valorização do meio ambiente e da cultura local, por meio da efetiva participação conjunta do poder público, iniciativa privada e comunidade, visando maximizar o incremento da atividade turística na vida econômica da região (CEPRO, 2001).

A principal necessidade do estado está relacionada à sua infra-estruturação turística de uma forma duradoura e consistente, ressaltando também como aspecto de fundamental importância na formação de capital humano e equipamentos para alavancar o processo de inserção do Piauí no cenário turístico nordestino e nacional.

Entretanto, vale salientar que, na área em que se localiza a Lagoa do Cajueiro, existem características para o desenvolvimento do turismo relacionado à natureza, fazendo com que não haja a necessidade de uma grande estruturação de equipamentos para que a atividade turística funcione. A utilização da estrutura residente para hospedagem e alimentação é uma realidade do turismo rural e interiorano, beneficiando especialmente a própria comunidade, facilitando as relações entre comunidade receptora e turista.

O principal suporte da política de turismo no estado veio através do PRODETUR/NE, programa que vem da escala federal e se espelha na elaboração de programas e projetos, visando implantar infra-estrutura urbana e turística. Realizado em duas etapas, a primeira delas com o PRODETUR I, teve como investimentos US\$ 400 milhões, contemplando áreas de saneamento básico, transportes, sistema viário, preservação ambiental. Desse valor utilizado na primeira etapa, ao Piauí foram disponibilizados US\$ 15 milhões, destinados a modernizar a infra-estrutura estadual voltada para a atração de investimentos privados para o setor turístico (CEPRO, 2001).

A segunda fase do programa, o PRODETUR II, teve dentre os principais objetivos: consolidação do PRODETUR/NE I, completando as suas ações, buscando a prática do turismo sustentável; o aumento das receitas provenientes da atividade turística e a melhoria da capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios. O Piauí conseguiu captar 6% do total de US\$ 400 milhões dos recursos disponíveis do PRODETUR II (SEPLAN, 2007). Ainda em fase de execução, através das unidades executoras e dos municípios priorizados, este é o programa de maior atuação atualmente no estado.

Na área institucional, são dois os órgãos públicos que respondem pela atividade turística do Piauí, a Piauí Turismo – PIEMTUR, autarquia estadual dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, patrimonial, técnica e financeira, vinculada à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e do Turismo, com a finalidade de elaborar, coordenar e executar a política de turismo no estado do Piauí. Foi criada pela Lei nº 5.436, de 03 de janeiro de 2005, sucedendo a Empresa de Turismo do Piauí, criada pela Lei nº 3.077, de 28 de junho 1971.

Entre as responsabilidades da autarquia está a de proporcionar o fortalecimento e crescimento do turismo estadual, visando intensificar sua contribuição para geração de renda, ampliar o mercado de trabalho e elevar o bem-estar social; promover a divulgação de eventos econômicos, culturais, científicos e empresariais, em articulação com os demais órgãos estaduais; estimular a ampliação dos negócios para gerar e atrair novos empreendimentos; garantir padrões internacionais de qualidade na prestação de serviços turísticos, atendendo às necessidades da clientela. A participação em planos e programas turísticos coordenados pelo Governo Federal, ajuda e facilita os intercâmbios com as demais entidades turísticas municipais, estaduais, nacionais e internacionais; e desenvolver empreendimentos turísticos no Estado.

Ao longo dos anos, a PIEMTUR desenvolveu inúmeras ações direcionadas a áreas do planejamento turístico, com a execução de programas de qualificação de mão-de-obra para o setor, como cursos de informações turísticas, formação de guias de turismo voltados para o segmento hoteleiro e agenciamento. Também promoveu, em parceria com a Faculdade Anhembi-Morumbi, o curso de pós-graduação Especialização em Planejamento e Desenvolvimento do Turismo, formando técnicos dos estados do Piauí, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Pará.

Em relação à qualificação de mão-de-obra, a PIEMTUR executou, em 1999, o Programa de Desenvolvimento Institucional previsto no PRODETUR I, ampliando e melhorando as condições de atendimento nos serviços prestados pelo órgão oficial de turismo.

Assim como aconteceu na esfera federal, onde a criação do Ministério do Turismo fez com que as atribuições antes realizadas pela EMBRATUR fossem repassadas ao Ministério, competindo-lhe atualmente a função de promoção e divulgação do Brasil, no Piauí, a criação a Secretaria de Turismo do Piauí – SETUR, em 2007, levou consigo as responsabilidades e ações antes realizadas pela PIEMTUR. O PRODETUR que, antes da criação da SETUR, tinha como Unidade Estadual Executora a Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN, passou, juntamente com as demais ações de macroprogramas, programas e projetos, para a responsabilidade da Secretaria de Turismo do Piauí. O organograma da política de turismo do Piauí, então, sofreu modificações, como se pode observar nas figuras 04 e 05.

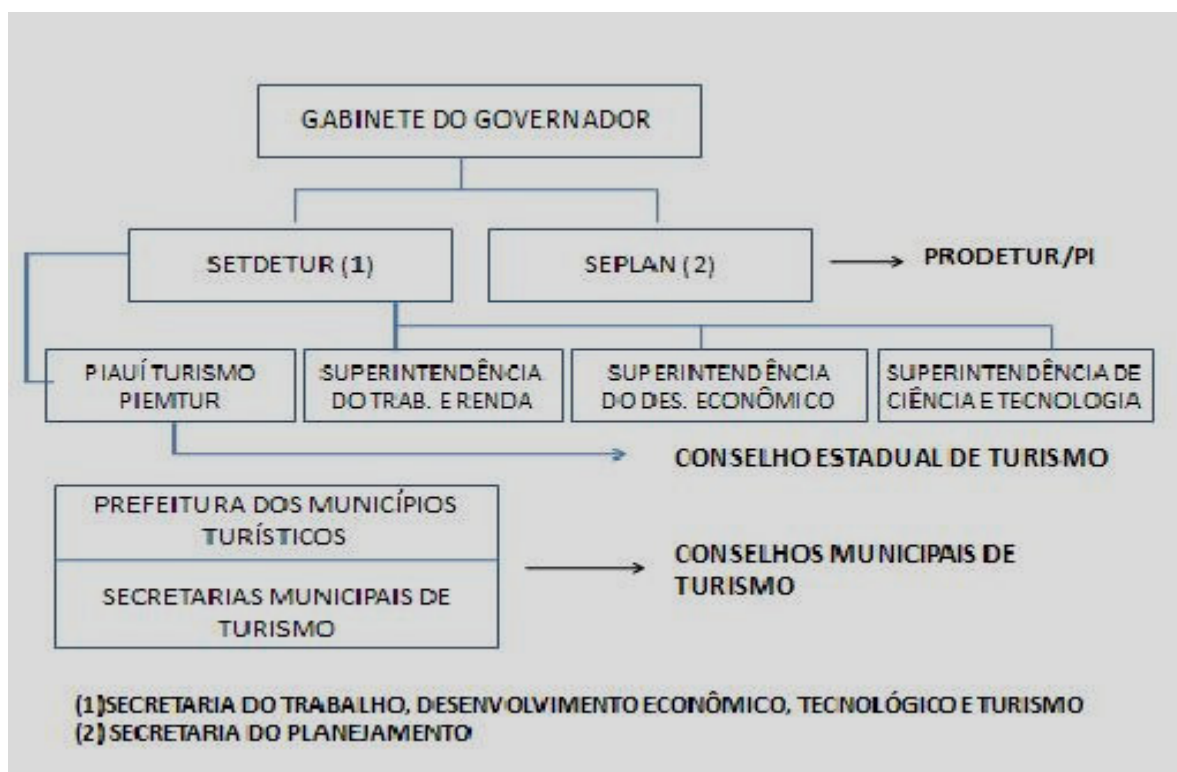


Figura 04: Organograma da política de turismo do Piauí antes da criação da Secretaria de Turismo.
Fonte: Elaboração da pesquisadora, a partir do organograma da PIEMTUR, 2008.

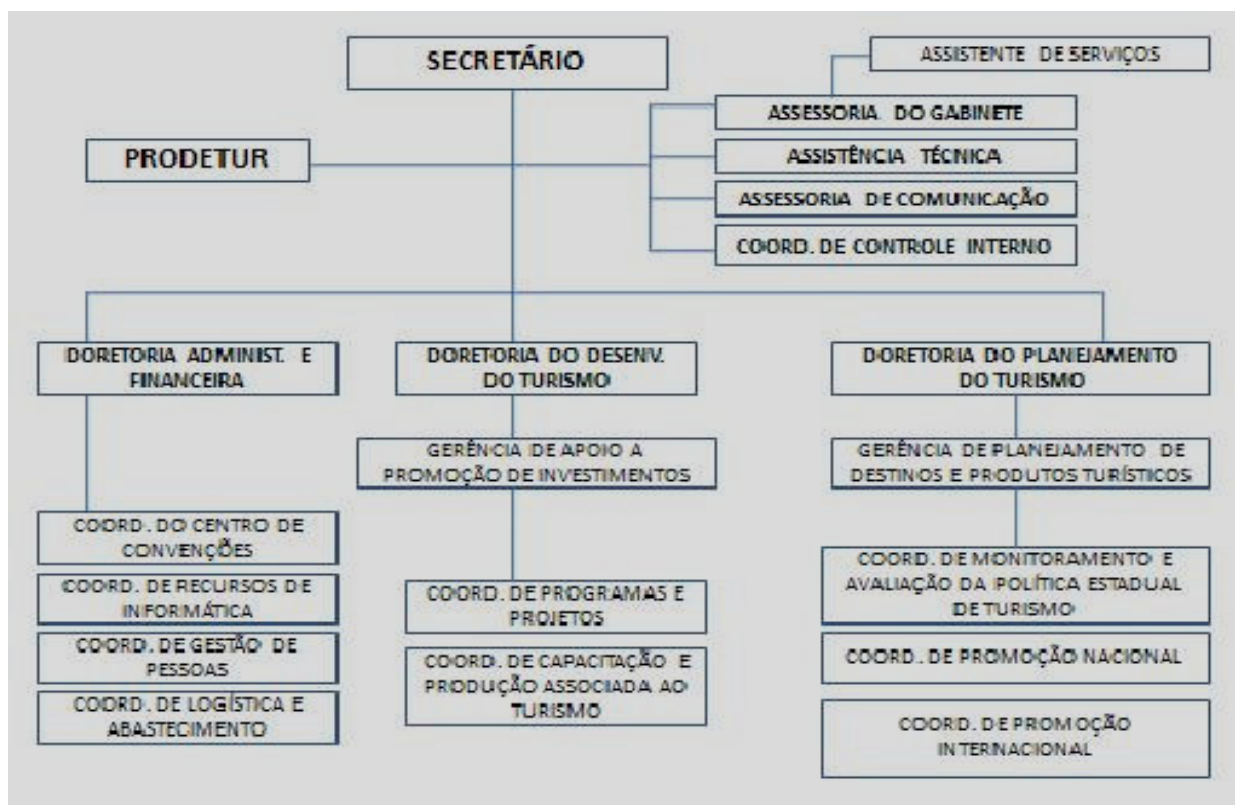


Figura 05: Organograma da política de turismo do Piauí após a criação da Secretaria de Turismo.
Fonte: Elaboração da pesquisadora, a partir do organograma da SETUR, 2008.

A SETUR tem como missão fomentar o desenvolvimento do turismo piauiense de forma integrada e articulada com as esferas de Governo Federal, Estadual e Municipal, a iniciativa privada e a sociedade civil, contribuindo para a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos e monitorando a satisfação do turista.

A Secretaria nasce com a responsabilidade de alavancar o turismo do estado através da qualificação, da valorização do produto local, da profissionalização do setor, busca de novos empreendimentos e planejamento da infra-estrutura. Com a SETUR, o Governo do Piauí cumpre as funções de um Estado moderno: planejamento, qualificação, fiscalização e infra-estrutura.

A criação da SETUR proporcionou ao estado um alicerce a mais no auxílio ao desenvolvimento do turismo piauiense. Esse órgão foi criado pela Lei nº 83, de 12 de Abril de 2007, e dentre as suas atribuições estão as seguintes: coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de turismo; analisar e avaliar a execução da Política Estadual de Turismo; conceber instrumentos e propor normas para implementação da Política Estadual de Turismo; orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos de qualificação dos serviços turísticos, estruturação e diversificação da oferta turística e de incentivo ao turismo

no mercado interno, compreendendo a divulgação dos produtos turísticos piauienses no mercado nacional e internacional.

Como ações que auxiliam na implantação da Política Estadual de Turismo, pode-se destacar: subsidiar o desenvolvimento de planos, projetos e ações para captação e estímulo aos investimentos privados nacionais e internacionais, em conformidade com as diretrizes da Política Estadual de Turismo. A Lagoa do Cajueiro pode ser beneficiada com as suas ações, especialmente na infra-estruturação e capacitação para os serviços turísticos que por ventura possam surgir lá.

3.3. A CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS COMUNIDADES ESTUDADAS

A economia do Piauí, no início da sua colonização, estrutura-se com base na criação de gado. Já no fim do século XVIII, o estado começa a ingressar na “civilização do couro”, passando a exportar gado para o Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais e a importar produtos de Portugal (RODRIGUES, 2004).

A primeira atividade econômica desenvolvida no estado foi, pois, a pecuária, que se estendeu por todo o Piauí, com destaque para as regiões dos campos e das chapadas, considerados meios naturais que favoreciam a criação. As áreas de maior concentração eram os municípios de Campo maior, Picos e São Raimundo Nonato e até hoje a atividade tem destaque no cenário econômico piauiense, com a criação, além do bovino, de rebanho suíno, caprino, eqüino, asinino e muar.

Outra atividade econômica característica do Piauí é a agricultura, a qual se desenvolveu paralelamente à pecuária, como atividade de subsistência. Na segunda metade do século XX e início do século XXI passa a adquirir um caráter comercial com a expansão da fronteira agrícola nos cerrados piauienses destacando-se a produção da soja.

Segundo Rodrigues (2004, p. 97), a agricultura no estado também é beneficiada por:

abundantes recursos hídricos no solo e subsolo, representados por 2.650 km de rios perenes, por grandes lagoas, que concentram a grande força produtiva do estado, principalmente na cultura de arroz e por um reservatório

subterrâneo que abrange quase toda a extensão do Piauí, formando vastas áreas férteis; uma planície que vai do litoral até o sul do estado margeando o rio Parnaíba, formada por terrenos recentes, areia e argila.

A fruticultura, com destaque para a cajucultura apresenta um potencial para o desenvolvimento do Piauí, considerando as condições descritas acima, a retrospectiva histórica da atividade e a demanda mundial por alimentos naturais. A cajucultura, em especial, trabalhando com a fruticultura especialmente o cajueiro como atividade econômica, a produção da castanha de caju e da cajuína, bebida típica piauiense, são produtos consumidos regionalmente além de símbolo do turismo do estado. A produção piauiense da castanha de caju está concentrada em 98 municípios de 14 microrregiões geográficas do estado, dentre elas a microrregião do baixo Parnaíba onde está localizada a Lagoa do Cajueiro.

O entorno da Lagoa do Cajueiro é composto por comunidades pertencentes à zona rural dos municípios de Joaquim Pires e Luzilândia, além da sede municipal de Joaquim Pires. Embora a lagoa esteja localizada em dois municípios e a maior parte da comunidade do entorno da lagoa pertencem ao município de Luzilândia, em função da proximidade com a sede municipal de Joaquim Pires, a maior parte dessas pessoas usam os serviços e a estrutura desse município.

A pesquisa foi realizada com as comunidades do entorno da lagoa, de forma aleatória, com diferentes famílias residentes em áreas próximas à lagoa, obedecendo ao critério de presença de pessoas em casas nas comunidades visitadas, com utilização rotineira da lagoa. Foram elas: Lagoinha, Caraúbas, Começo das Veredas, Vereda dos Sales, Várzea, Cabeças, Conto da Casa Velha, Oficina, Muricizinho, Saco do São Nicolau, Saco do São Joaquim, Noventa, Guarita e Patu. Em todos os povoados pesquisados, o grau de dependência da Lagoa do Cajueiro é quase total, especialmente naqueles situados à margem, sendo a água usada para suprir as necessidades diárias.



Figura 06: Imagem de satélite com a distribuição das comunidades pesquisadas, no entorno da Lagoa do Cajueiro.

Fonte: Elaboração da pesquisadora, a partir da imagem do Google Earth.

Nas comunidades localizadas na parte norte da imagem da figura 06, como Forquilha, Patu, Noventa, Guarita e DNOCS, verificou-se melhor qualidade de vida, já que a população tem acesso ao abastecimento de água canalizada. Nas residências localizadas no entorno da lagoa, verificou-se uma estrutura familiar sólida, típica de famílias de pequenas comunidades, onde a moradia é chefiada por um patriarca, pessoa que responde por quaisquer eventualidades ocorridas na sua família. São famílias numerosas, e que ali permanecem por várias gerações.

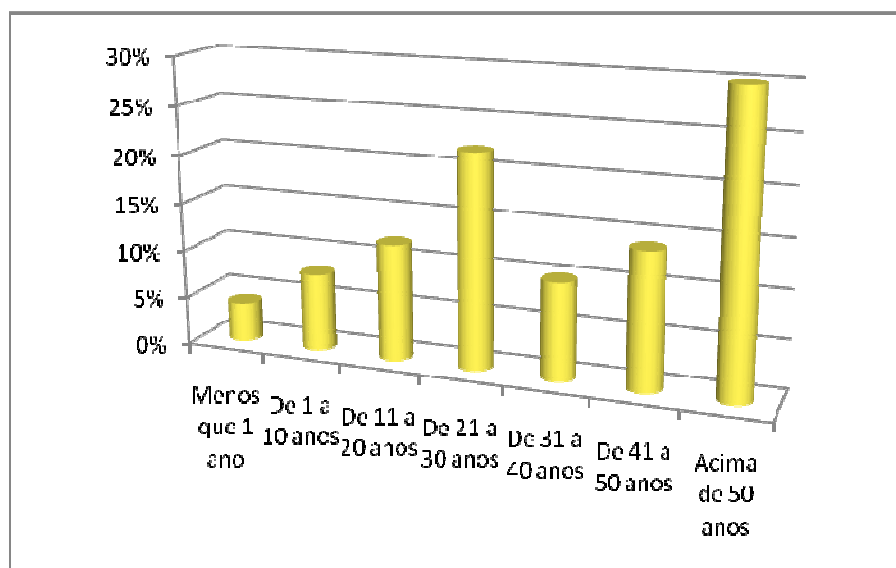


Gráfico 01: Distribuição percentual dos pesquisados segundo tempo de residência no local
Fonte: Pesquisa Direta (outubro, 2008)

A maioria, 54% das famílias reside no local há mais de 30 anos, conforme gráfico 01, sendo que elas deram origem aos seus povoados, como no povoado Vereda dos Sales, constituído em sua totalidade por membros da família Sales, cujos descendentes formaram novas famílias residentes no mesmo local.

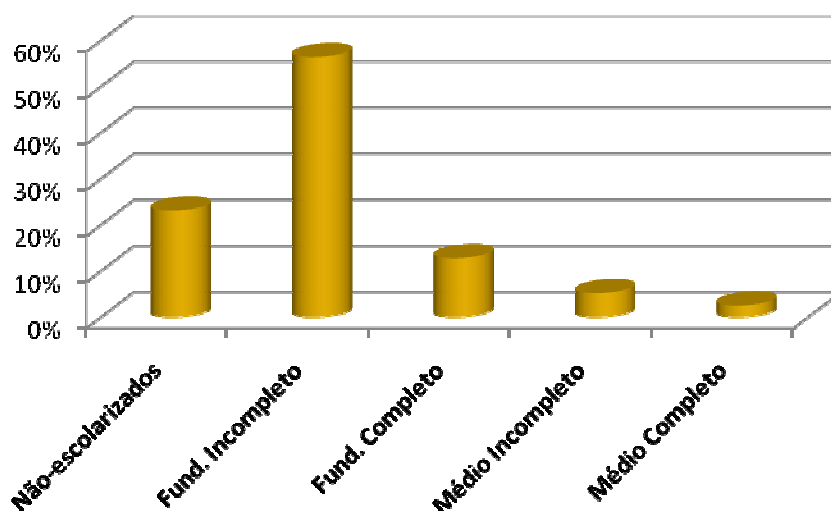


Gráfico 02: Distribuição percentual dos pesquisados segundo a escolaridade
Fonte: Pesquisa Direta (outubro, 2008)

No que diz respeito à escolaridade, somente 2,5% dos habitantes possuem o ensino médio completo; 23,1% são analfabetos e 56,4% não chegaram a completar o ensino fundamental. Dentre os diversos motivos para isso, tem-se a cultura de se trabalhar cedo na

roça, no auxílio aos pais e também o isolamento de alguns povoados, como já informado anteriormente. No entanto, durante a realização desta pesquisa, constatou-se que as crianças para chegar à escola vão de barco pela lagoa, e mesmo os povoados pertencentes à área rural de Luzilândia usam o sistema escolar municipal de Joaquim Pires. A prefeitura deste município designa um barco que transita diariamente pela lagoa, levando e trazendo alunos e professores residentes nos povoados situados nas proximidades da Lagoa do Cajueiro. Em entrevista, um assessor da prefeitura, destacou que a prioridade do prefeito de Joaquim Pires é a educação, e esperam que as futuras gerações das famílias constituídas ali podem apresentar alterações nesse quadro ainda assustador de analfabetismo.



Figura 07: Fotos representativas de estruturas físicas das casas situadas no entorno da Lagoa do Cajueiro: 1- Taipa com cobertura de telha. 2- Toda em palha.
Fonte: Araújo (2007)

A maior parte das casas das famílias residentes no entorno da lagoa, são rústicas, com infra-estrutura construída pelos próprios moradores. Como muitos não são donos da terra, acabam limitando a estrutura das residências, as quais são compostas de pequenos cômodos,

havendo, na frente das casas, áreas abertas normalmente usadas para a agricultura e a criação de animais domésticos.

As casas localizadas na margem da lagoa são construídas nas áreas mais altas para que, durante as chuvas, não fiquem alagadas, já que a água, nesse período, transborda com facilidade. Mesmo com estrutura rural simples, o lugar se encaixa na proposta da prática do turismo rural, sendo que o próprio cotidiano rural, as formas de produção o campo podem ser de interesse turístico.

Quanto à estrutura das casas 30,3% são feitas de adobe e taipa, tendo como piso o cimento e o chão batido. Em 100% das casas pesquisadas na área rural do entorno da lagoa, os banheiros são externos e nenhuma delas possui fossa ou vaso sanitário.

PAREDE		COBERTURA		PISO	
Taipa	30,3%	Palha	14,3%	Chão batido	39,3%
Adobe	30,3%	Telha	85,7%	Cimento	45,5%
Tijolo/ alvenaria	39,4%			Cerâmica	15,2%

Quadro 03: Distribuição percentual das residências segundo características físicas.

Fonte: Pesquisa Direta (outubro, 2008)

Muitos desses povoados são isolados e tem infra-estrutura que não contribui para uma vida digna e muitos esperam que esta situação possa ser modificada com a chegada de uma atividade alternativa de renda, como a atividade turística.

Em se tratando da posse da terra onde mora, 82,5% das casas pesquisadas são próprias, enquanto 17,5% são cedidas (moradores), entretanto, do percentual de casas próprias, segundo 55% dos moradores, é própria e construída por eles, mas o terreno pertence a outra pessoa, o que mostra que é grande o percentual dos que residem em áreas que não são de sua propriedade. Isso pode contribuir até para a falta de vontade de muitos de não investir na propriedade para receber turistas, porém, até pelo grande tempo de residência que essas famílias têm nas áreas onde moram, mesmo não sendo de sua propriedade, algumas delas acabam estabelecendo famílias inteiras.

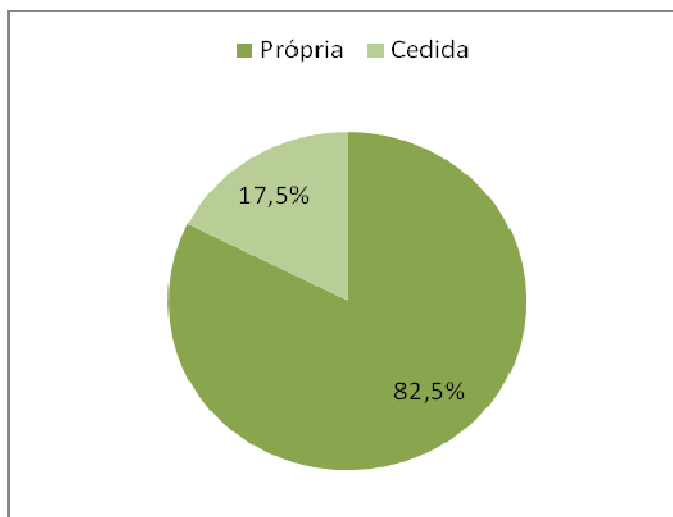


Gráfico 03: Distribuição percentual dos pesquisados segundo condição de posse da terra onde moram.

Fonte: Pesquisa Direta (outubro, 2008)

Quanto ao acesso à infra-estrutura básica referente ao abastecimento de água, pelos dados apresentados, constatou-se que somente as casas que se localizam na sede municipal de Joaquim Pires têm acesso ao abastecimento através de rede de distribuição (18%), no entanto, mesmo como esse acesso, a lagoa ainda é usada para lavagem de roupas e outras necessidades, quando ocorre algum problema na rede de abastecimento. Nas demais casas pesquisadas, 10% usam o chafariz existente na rua próxima à lagoa na sede municipal, 16% usam o poço cacimbão e 56% das famílias utilizam diretamente a água da Lagoa do Cajueiro, o que confirma a dependência dessas famílias, especialmente as localizadas à margem da lagoa, as quais tomam banho diretamente na lagoa, assim como coletam a água para uso diário. Até mesmo as casas que possuem poços usam de alguma forma a água da lagoa.



Figura 08: Exemplo do poço cacimbão utilizado no abastecimento de água de algumas famílias do entorno da Lagoa do Cajueiro.

Fonte: Autora (2008)

É importante salientar que qualquer ação que interfira na qualidade da água irá prejudicar diretamente as famílias que moram no entorno, sendo necessário um maior cuidado com a lagoa por seus usuários. Isso não significa que não se pode trabalhar o turismo na localidade, pois os impactos positivos da atividade podem contribuir para a criação de alternativas para o uso sustentável da lagoa, auxiliando na preservação da mesma e fazendo com que a comunidade seja parte integrante desse processo.

Quanto à utilização de energia elétrica somente as casas na sede municipal de Joaquim Pires têm acesso à esse serviço. Dentre as comunidades do entorno da lagoa localizadas na área rural, somente os povoados da Guarita, Noventa, DNOCS e Patu possuem rede elétrica, enquanto os demais sonham com energia em suas residências. Durante a aplicação dos formulários, observou-se que, alguns povoados, já estão em processo a colocação dos fios e postes para o funcionamento à rede de energia elétrica. Segundo moradores locais, o prazo estabelecido pelo programa do Governo “Luz para Todos” é de que no máximo em seis meses todas aquelas comunidades estarão com energia, a qual é esperada por todos que vivem ali, sendo mencionada por alguns como um dos fatores positivos que o turismo possa trazer. Todos acham que o turismo pode melhorar os aspectos de infra-estrutura básica disponível às comunidades. Infelizmente as políticas públicas voltam-se à atividades consideradas prioritárias pelos governos e não pelos seus moradores

No que diz respeito às atividades econômicas atuais das comunidades pesquisadas, várias formas de subsistência foram observadas. Na parte urbana de Joaquim Pires, há pequenas bodegas de pescadores que, além do peixe, vivem também da pesca do camarão de água doce e possuem casas na margem da lagoa, além dos comerciantes locais. Já nas comunidades localizadas nas áreas rurais do entorno da lagoa, o que prevalece como atividade econômica é a produção agrícola, conforme dados apresentados no gráfico 04:

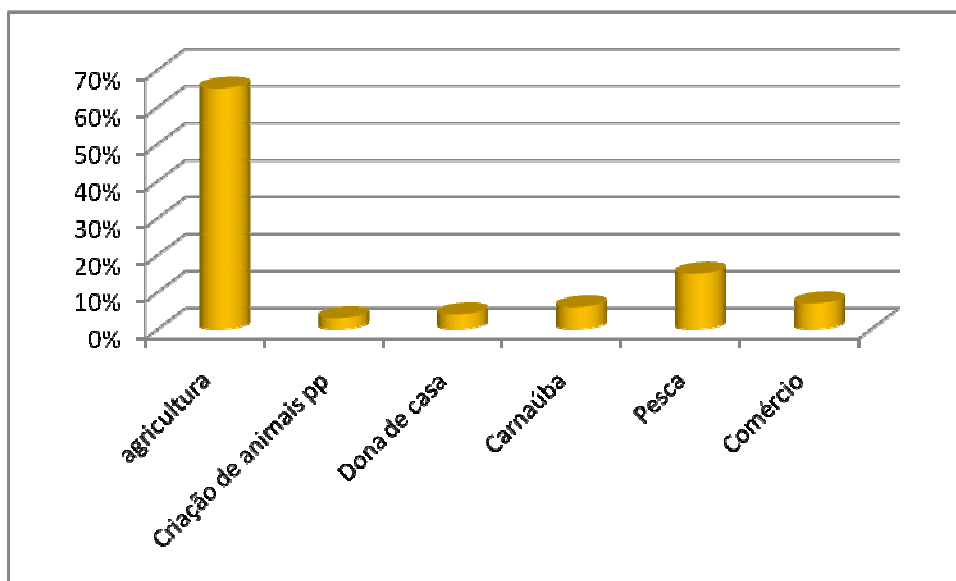


Gráfico 04: Distribuição percentual dos pesquisados segundo a atividade econômica que exercem.
Fonte: Pesquisa direta (outubro, 2008)

A maior parte dos pesquisados, 65%, trabalha com a agricultura, traduzida em pequenas plantações (roça), em sua maioria para subsistência. Na época das chuvas, plantam produtos como milho, feijão e arroz, e, quando a quantidade da produção vai além da subsistência, alguns ainda conseguem vender para obter uma renda extra. São pequenos roçados, situados atrás das casas. Nas demais épocas buscam uma atividade secundária, como a extração da palha de carnaúba, além da pesca e da pequena criação de gado, muitas vezes constituída por poucas cabeças de gado.

O que surpreende é o pequeno percentual de pesca (15%), considerando a grande extensão da lagoa e diversidade de peixes existentes. A atividade pesqueira é feita através das tarrafas, de rede, do choque e do cove, esta última usada especialmente na pesca do camarão de água doce. Trata-se ainda de uma prática bastante utilizada, até mesmo no lazer. No dia da aplicação dos questionários, uma família inteira de um povoado estava se reunindo para uma grande pescaria, sendo que os homens ficavam responsáveis pela pesca, e as mulheres pela

limpeza. Uma pequena atividade como essa do cotidiano local pode acabar se transformando num atrativo, de modo que os visitantes participem também dessas atividades.

A pesca também atrai projetos públicos para o local. Como exemplo pode-se citar o projeto DNOCS, que ali se instalou para que essa atividade se desenvolvesse como já mencionado anteriormente. As casas pesquisadas na zona urbana de Joaquim Pires são em sua maioria de pescadores que, além dos peixes, também trabalham com a pesca do camarão de água doce.



Figura 09: Imagens de atividades econômicas existentes nas comunidades do entorno da Lagoa do Cajueiro: 1 – Pesca. 2 – Extração da palha de carnaúba. 3 – Criação de animais de pequeno porte. 4 – Criatório de peixes.

Fonte: Araújo (2007)

Em colaboração aos dados coletados junto às comunidades localizadas no entorno da Lagoa, um importante estudo revela que a Lagoa do Cajueiro, dividida entre os municípios de Luzilândia e Joaquim Pires é o sustentáculo da economia, especialmente de Joaquim Pires pelo seu potencial de pesca de camarão e peixe. Tal estudo foi realizado pelo MMA em 2002. Trata-se do Zoneamento Ecológico Econômico da região do Baixo Parnaíba, incluindo, pelo lado do Piauí, o Delta do Parnaíba, abrangendo os seguintes municípios: Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Caxingó, Ilha Grande, Joaquim Pires, Luis Correia,

Murici dos Portelas, Parnaíba; contendo toda a descrição do ecossistema do Delta, atividades extrativistas e outras atividades econômicas da região.

A pesca é artesanal e, no que tange à captura do camarão, cabe registrar a transformação na sistemática pesqueira, ocorrida nos últimos seis meses, devido ao uso de uma armadilha denominada de "cove", bolinho assado feito de raspa de coco babaçu e goma que permite a captura de até um quilo de camarão ao dia por armadilha. A Colônia de Pesca tem aproximadamente 300 associados, sendo que 160 encontram-se em dias com as obrigações associativas, ou seja, são os pescadores profissionais efetivamente no exercício da atividade.

As margens da lagoa apresentam-se desmatadas, sendo alvo da plantação de capim e arroz, com interferência negativa sobre a atividade da pesca. Esta atividade também é prejudicada pela instalação de cercas adentrando à lagoa, como acontece nos fundos da própria Colônia de Pesca. Toda a produção pesqueira da lagoa é comprada pelo próprio município, por atravessadores que a escoam para Teresina e para cidades do Ceará. A atividade da apicultura também começa a ser desenvolvida pelos pescadores como complementação da renda familiar.

Um programa que também trabalhou a economia da região foi o Programa Comunidade Ativa – PCA, implantado no município de Joaquim Pires no período de 1999 a 2002 e depois no período de 2003 a 2007. O programa diagnosticou as vocações econômicas do município de Joaquim Pires tais como: agricultura familiar, artesanato, agropecuária, piscicultura e turismo. (LUSTOSA, 2007, p. 74).

Dados levantados pelo PCA mostram relevância no desenvolvimento do turismo nas comunidades no entorno da lagoa e as diversas agregações de valor que podem ser consideradas com as demais atividades econômicas existentes no local.

4 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA LAGOA DO CAJUEIRO

Os recursos ambientais estão, cada vez mais, sendo alvo de estudos no campo do turismo, especialmente em decorrência da utilização errada desses recursos nas últimas décadas, já que a prática da atividade turística tem acontecido sem controle e planejamento e de forma economicista. Outro fator importante que chama atenção para atrativos turísticos naturais é uma tendência do turismo de aproximar um número cada vez maior de turistas dos ambientes onde possa ter contato com a natureza.

O Piauí é um estado que possui potencialidades nos diversos segmentos do turismo, com pólos que abrangem desde os parques nacionais até o Delta do Parnaíba, principal produto de exportação do turismo estadual. Nesse sentido, a Lagoa do Cajueiro, importante recurso hídrico da região do Baixo Parnaíba Piauiense, possui uma diversidade de recursos naturais e culturais que podem ser utilizados na prática do turismo possibilitando uma alternativa a mais de renda para os autóctones e também uma forma de preservação da lagoa.

Os recursos naturais hídricos são utilizados no turismo, em sua maioria com enfoque recreacional, porém essa atividade deve ser trabalhada de acordo com a sua capacidade de suporte. É necessário também políticas que regulamentem e incentivem o desenvolvimento turístico de tais recursos. Dentre as atividades que podem ser realizadas na Lagoa do Cajueiro, tem-se o turismo de pesca esportiva, pois, devido a sua grande variedade e extensão. Também pode ser construída uma pequena infra-estrutura que não provoque um grande impacto ambiental na lagoa, mas que possa servir de suporte à prática do turismo de lazer, não só para a demanda turística, mas também em benefício da própria comunidade local.

O fato de a lagoa ainda não ser um atrativo infra-estruturado e reconhecido no turismo regional contribui para que a atividade turística ainda possa ser organizada de forma que seus impactos sejam analisados e considerados no processo de planejamento turístico. Nessa perspectiva, parte da dissertação, aponta perspectivas para o desenvolvimento turístico da Lagoa do Cajueiro, considerando os atrativos turísticos que estão sendo fortalecidos no Piauí e analisando os aspectos turísticos, ambientais e, principalmente a compreensão das comunidades localidades no entorno do recurso sobre a atividade turística.

4.1 PIAUÍ: POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O turismo no Piauí tem no planejamento ações concentradas na integração das atividades econômicas, amparado nas seguintes variáveis:

- a) Concentração de ações coordenadas e convergentes dos promotores públicos e privados envolvidos no desenvolvimento da região, de forma que os investimentos públicos em infra-estruturas social e urbana sejam direcionados para a consolidação turística local;
- b) Hierarquização dos espaços e atrativos turísticos – tendo por referência a metodologia do inventário turístico do MTUR;
- c) Potencialidades a serem utilizadas no turismo – principalmente o turismo arqueológico, nos parques Serra da Capivara e Sete Cidades, respectivamente, em São Raimundo Nonato e Piracuruca, que propiciam uma tendência no turismo com a volta às origens; e o litoral, com o Delta do Parnaíba, único das Américas, com mais de 70 ilhas de atratividade para o mercado nacional e internacional;
- d) Regiões turísticas – tendo como principal foco de análise as potencialidades específicas que cada área oferece, definidas em sete regiões, distintas uma da outra por características próprias.

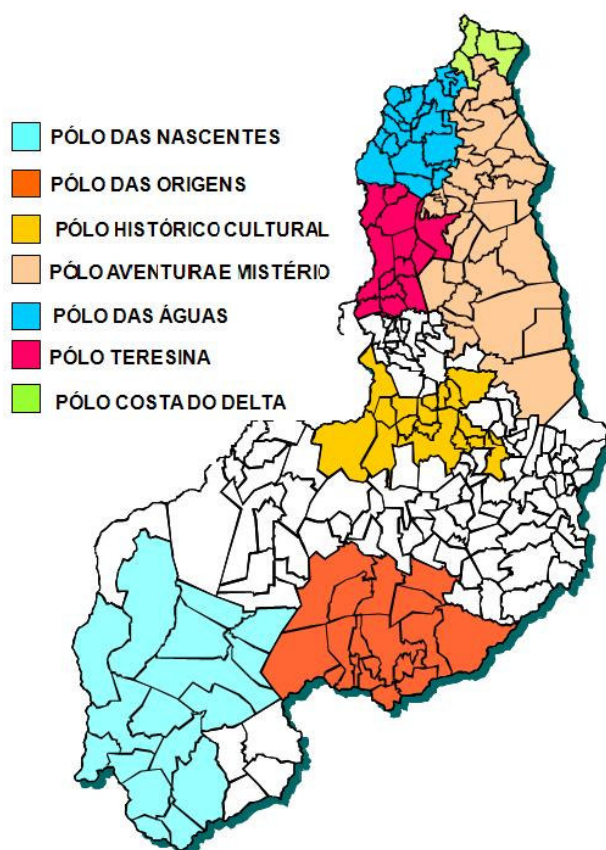


Figura 10: Distribuição espacial das regiões turísticas do Piauí.

Fonte: Elaboração da pesquisadora, a partir do mapa elaborado pela SETUR (2008).

O estabelecimento das regiões turísticas é um dos componentes da estratégia adotada pelo governo do Piauí para estimular o processo de desenvolvimento de uma determinada área, identificando potencialidades e coordenando esforços de agentes públicos, privados e da comunidade local, visando alcançar resultados que beneficiem amplos setores da população, nas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais.

A definição dessas regiões turísticas teve como ponto de partida as microrregiões classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo cada uma delas identificada através da sua vocação turística, com características similares de natureza espacial, vocacional, infra-estrutural e de polarização (CEPRO, 2001).

O Pólo Costa do Delta é o que atualmente recebe o maior número de investimentos dos programas do MTUR realizados no estado, juntamente com o município de São Raimundo Nonato localizado no Pólo das Origens. O Pólo Costa do Delta tem como principal atrativo o Delta do Parnaíba que junto com os municípios de Camocim e Jericoacoara (CE) e os Lençóis Maranhenses (MA) formam o único roteiro integrado trabalhado atualmente na região chamada “Rota das Emoções”.

Entretanto, observa-se que o fato do Pólo Costa do Delta receber o maior número de investimentos acaba por causar uma concentração de ações de desenvolvimento turístico numa única área, deixando de impulsionar outras regiões a trabalhar com a atividade turística. O Piauí no cenário turístico nacional, muitas vezes, se traduz somente no Delta do Parnaíba.

Outro destaque do Pólo Costa do Delta é o município de Cajueiro da Praia, conhecido pelos ventos favoráveis à prática de *kitesurf*, atraindo turistas que, além da prática desse esporte, apreciam atividades relacionadas à natureza. Em Cajueiro da Praia, existe uma sede do Projeto Peixe-boi, ponto de observação do peixe-marinho e com uma atuação significativa da comunidade local através de ações organizadas pelo projeto.

O Pólo de Teresina tem como principal característica o turismo de negócios e o de saúde. A capital, por ser o portão de entrada de turistas que visitam o estado, é considerada uma cidade estratégica em atividades comerciais e de serviços, destacando-se como um dos mais importantes pólos de saúde da região Nordeste.

Quanto à motivação que leva turistas a freqüentarem a capital Teresina, mesmo em período de alta estação, constatou-se: visita a parentes/amigos (47,7%) e negócios (29,2%). Para os turistas da rede hoteleira, o motivo negócios tem maior relevância (63,4%). Em se tratando do turista extra-hoteleiro, as motivações identificadas são visita a parentes/amigos (67,4%) e, em seguida, saúde (11,3%), as mais relevantes (CEPRO, 2008).

Nota-se que, o tipo de turismo que mais caracteriza o Pólo Teresina é o turismo de negócios, apesar da capital ainda não contar com um centro de convenções que possua estrutura física capaz de atender eventos para mais de 1000 pessoas. Isto prejudica o desenvolvimento deste segmento da atividade.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: OS MUNICÍPIOS DO ENTRONO DA LAGOA DO CAJUEIRO

Margeando a Lagoa do Cajueiro, em sua extensão os municípios de Joaquim Pires e Luzilândia, constituindo a microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense. No município de Joaquim Pires, a lagoa banha a sede e parte da zona rural e, no município de Luzilândia, apenas parte da zona rural.

Ressalte-se que, embora a maior parte das comunidades do entorno da Lagoa do Cajueiro pertencer à zona rural do município de Luzilândia, é na sede do município de Joaquim Pires que estão os serviços básicos, como educação, saúde e outros. Isso ocorre devido à proximidade com o município de Joaquim Pires, especialmente porque a maioria das comunidades localizadas à margem da lagoa usam-na como via de transporte, favorecendo ainda mais a proximidade com a sede desse município.

Neste ítem, aborda-se com maior ênfase o município de Joaquim Pires, cujo surgimento mistura-se com a utilização e nomeação da Lagoa do Cajueiro, também pelo fato de as comunidades estudadas, usarem a infra-estrutura deste município quase em sua totalidade.

O município de Luzilândia também tem importância em relação à lagoa e, por ser um município maior que Joaquim Pires, atrai mais recursos a investimentos de proteção da lagoa. Inclusive, conforme relatado por uma das pesquisadas, “a prefeitura deste município já conseguiu recursos estaduais para melhorar a infra-estrutura da Lagoa do Cajueiro e transformá-la num pólo de lazer”.

4.2.1 O Município de Luzilândia

O município de Luzilândia, teve emancipação política em 1870. Está localizado na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, distante 187,452km da capital do estado, Teresina. Está a 30m acima do nível do mar e sua população é estimada em 24.323 habitantes (IBGE, 2007). O clima é quente e úmido, com precipitação média anual de 1.615mm. Com uma área de 735,90 km², o município limita-se ao norte com o estado do Maranhão; ao sul, com o município de São João do Arraial; Joca Marques, Madeiro e Matias Olímpio são os municípios limítrofes a oeste, e, a leste, com os municípios de Joaquim Pires e Morro do Chapéu do Piauí.

A história de Luzilândia teve início com a chegada de portugueses, os quais, em caravana, encontraram ali os primeiros habitantes: povo indígena que morava em palafitas, comunicava-se numa língua nativa e que, certamente, denominara aquele pedaço de solo com outro nome, que não o de Luzilândia. A família Carvalho, que chegou à região oriunda da fazenda Catinguinha, no vizinho estado do Maranhão, teve em João Francisco de Carvalho e Anna de Deus Pires Ferreira {(Don'Anna)}, nascida no ano de 1825, os primeiros proprietários da casa grande da Fazenda Cabeceiras (Luzilândia), a qual depois ficou conhecida por Cabeceiras dos Carvalhos. Possuíam grande quantidade de escravos, e assim, Anna de Deus Pires Ferreira era também conhecida como “Sinhá Grande”.

A área apropriada pelos Pires Ferreira e Castelo Branco (estes últimos, os primeiros colonizadores do norte do Piauí) era tida como território do já município de Barras, desde 1841. Em 1870 chegou ao local o português João Bernardino Souto de Vasconcelos, que, na margem direta do rio Parnaíba, instalou-se com o seu rebanho bovino, dando origem à fazenda de gado denominada Estreito. Vinte anos depois, a propriedade de João Bernardino, foi transformada em um promissor povoado.

Os esforços e influência política do Coronel João Francisco de Carvalho Filho e do senhor Augusto Gonçalves do Vale levaram o então Governador do Estado do Piauí, Gregório Taumaturgo de Azevedo, pelo Decreto nº 17, de 10 de março de 1890, a elevar o povoado à categoria de Vila, com a denominação de Porto Alegre. No dia 6 de abril de 1931, pelo

Decreto nº 1.197, mudou-se a denominação de Porto Alegre para Joaquim Távora, e criou-se a comarca deste nome, compreendendo também o Distrito Judiciário de Boa Esperança, hoje Esperantina. Essa nova denominação durou pouco tempo, porque em muito desagradou e revoltou a população local, instigada pelos mandatários coronéis, que pregoavam a inconformação e fizeram organizar movimentos exigindo a volta da denominação anterior.

Quatro anos depois, a Lei nº 12, de 17 de outubro de 1935, fez voltar a anterior denominação de Porto Alegre. No dia 15 de dezembro de 1938, pelo Decreto Estadual de nº 147, a Vila Porto Alegre foi elevada à categoria de cidade, atendendo às disposições do Decreto Federal nº 311, de 2 de março do mesmo ano, que, entre outras normas gerais de organização territorial do país, elevou todas as sedes municipais de categoria inferior a foros de cidade.

Em virtude do Decreto Federal nº 5.901, de 21 de outubro de 1943, proibir a existência de homônimos entre os municípios brasileiros e pelo fato de a capital do estado do Rio Grande do Sul possuir naquela época topônimo igual, sobre ela recaiu a preferência da conservação do nome, por ser mais antiga e mais desenvolvida. Foi então baixado o Decreto-lei estadual nº 754, de 30 de dezembro de 1943, mudando a denominação de Porto Alegre para Luzilândia em homenagem a Santa Luzia, padroeira do município.

O clima do município é quente e úmido, com estação chuvosa no verão. A precipitação média anual é da ordem de 1.615 mm, estimada a partir do posto pluviométrico de Porto. A umidade relativa média anual está em torno de 75%, sendo a temperatura média de 27,5°C. A travessia de veículos do rio Parnaíba para o lado maranhense é feita por balsas conhecidas por "Pontão".

A hidrografia da área é formada pelo trecho mais baixo do rio Parnaíba e pelos afluentes da margem direita, alguns dos quais formadores de lagoas, como, por exemplo, o riacho Morro do Chapéu, que alimenta a lagoa do Cajueiro, Luzilândia/Joaquim Pires; e o riacho Grande, que alimenta a lagoa da Estiva, no município de Porto.

O município de Luzilândia tem vegetação mista, semi-decidual, com predominância do babaçu e de outros vegetais dicotiledôneos, além de carnaubais, predominando a *copernicia prunífera*, distribuída em campinas.

A atividade turística do município é baseada na sua rica hidrografia e em eventos culturais e religiosos. Luzilândia guarda, embora ameaçado, um patrimônio histórico dos mais

valiosos, com casarões coloniais, igrejas de arquitetura peculiar e residências dos séculos XIX e XX, que remontam à emancipação como cidade. Além desse patrimônio, o município, que foi um dos mais prósperos e ricos do estado. É berço de ricas expressões culturais, com bons escritores e músicos.

Um dos principais recursos hidrográficos de Luzilândia é representado pela Lagoa do Cajueiro, que serve de suporte hídrico ao Projeto Irrigado Lagoa do Cajueiro, do DNOCS, implantado em 1974 na localidade de Morrinhos, território luzilandense. Ali há uma pequena estrutura turística na Ilha do Cajueiro, na zona urbana de Joaquim Pires.

Devido à lagoa situar-se na parte rural de Luzilândia e possuir um acesso mais fácil pelo município de Joaquim Pires, a maior parte das comunidades que circundam a lagoa, mesmo pertencendo ao município de Luzilândia, acabam utilizando os serviços municipais de Joaquim Pires. Dessa forma, a relação turística da Lagoa do Cajueiro e as possibilidades do seu desenvolvimento estará mais voltada nessa pesquisa para o município de Joaquim Pires, cuja área urbana margeia a lagoa.

4.2.2 O Município de Joaquim Pires

Procedente de Barras de Maratoan pelos anos de 1880, chegou à Fazenda Cajueiro o Coronel Cândido Rodrigues de Carvalho, homem inteligente, conservador e tido popularmente como astuto. Posteriormente comprou a fazenda conhecida por “Casa Velha”, propriedade dos herdeiros do Coronel Simplício Dias da Silva, o fidalgo de Parnaíba, detentor de fabulosa fortuna e de grande prestígio em sua época. A fazenda se distanciava em apenas três quilômetros de onde se ergue a cidade de Joaquim Pires (CASTELO BRANCO, 2006).

De acordo com este autor, o Coronel Cândido Rodrigues de Carvalho mandou construir no local onde hoje é a Capela Santa Dorotéia um cercado provisório de madeira comum, para ali “amansar” o gado da antiga Casa Velha, que era bastante bravio. Após ser domesticado, o gado era transportado para a Fazenda Cajueiro. Com o decorrer do tempo, o cercado foi caindo, ficando de pé apenas a porteira que era de madeira mais forte e resistente, fazendo com que o local ficasse conhecido por Porteirinha.

Algum tempo depois chegou à Porteirinha o seu primeiro habitante: Sr. José Pereira de Souza, junto com a esposa, Sra. Luzia Rosa Ferreira de Souza, os quais construíram sua

casinha de palha perto da lagoa que nessa época já recebia o nome de Lagoa do Cajueiro. Pouco tempo após a chegada deles, aportou em Porteirinha Doroteu Firmino Sertão, homem de algum recurso e de espírito progressista, que também ali construiu sua primeira casa, de tijolo e telha, e foi o primeiro comerciante local. Depois disso, o povoado continuou crescendo, abrigando famílias que ali chegavam e construíam suas casas no entorno daquela linda e grande lagoa.

Doroteu Sertão, em 1920 levantou no local do antigo curral de gado do Coronel Cândido uma capela sob a invocação de Santa Dorotéia. A capela de Santa Dorotéia foi recentemente reformada, em 2006, pela prefeitura municipal, sendo mantida, na reforma, a estrutura inicial.



Figura 11: Capela de Santa Dorotéia, construída no antigo curral da Porteirinha.
Fonte: Autora (2008)

Em 1927, vindo de Magalhães de Almeida no Maranhão, chegava à Porteirinha o Sr. Agripino da Silva Costa, para instalar uma filial de Romão & Cia., antiga rede comercial da época, que funcionou até 1929 (CASTELO BRANCO, 2006).

Depois de estabelecida a sociedade de Porteirinha, o Sr. Agripino da Silva Costa fixou definitivamente residência no local, pois já havia contraído núpcias, em 1928, com Dona Maria de Araújo Lima. Cidadão inteligente, dominou os cenários econômico, social e político

do local. Filiado politicamente ao PDS e partidário ao Coronel Tomás Romão de Souza, de Buriti dos Lopes, Agripino da Silva ocupou várias vezes o posto de vereador naquele município, como representante do seu povoado. E, assim, com seu prestígio, força de vontade e espírito público, passou a defender continuamente a emancipação política da Porteirinha, mas não levou em conta que a referida reivindicação era contrária aos interesses dos poderosos de Buriti dos Lopes e de Esperantina (CASTELO BRANCO, 2006).

Porém, por ser bastante trabalhador e não se intimidar facilmente, Agripino reuniu-se com um grupo de amigos da região, tais como: Clarindo Lopes Castelo Branco, Manoel Martins, Joaquim Pires Costa, Raimundo Justino de Silva, Pedro Alcântara, entre outros, e com o também apoio dos deputados Antonio Manuel Gaioso de Almeida Castelo Branco e João Clímaco de Almeida, levaram avante a luta até que, em 28 de novembro de 1960, foi encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado, pelo deputado João Clímaco, o projeto de lei que pedia a emancipação política do povoado da Porteirinha.

Logo após a sua provação, foi sancionada a Lei de nº. 2.054, de 06 de dezembro de 1960, publicada no Diário Oficial de 17 de dezembro de 1960, segundo a qual “Fica criado o município de Joaquim Pires, que será constituído pelo povoado Porteirinha e pelas datas Santo Higino, Santo Antonio, Cajueiro, Almas, Sítio de São Felix e Solidade, todas desmembradas do município de Buriti dos Lopes”. O primeiro prefeito do município foi o Sr. Joaquim Pires Costa, nomeado pelo governador do estado, Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, através da Portaria de 21 de dezembro de 1960.

O município de Joaquim Pires recebeu este nome como uma homenagem ao senador da República Joaquim de Lima Pires Ferreira, o qual nasceu em 16 de julho de 1868, na Fazenda Buriti, localizada no município de Barras, que pertence ao município de Esperantina – PI, e faleceu em 23 de dezembro de 1958, no Rio de Janeiro. Advogado formado no Recife – PE em 1890, neste mesmo ano, foi nomeado promotor público de Barra de São João – RJ. Exerceu o cargo apenas por um mês, sendo designado Juiz pretor do Rio de Janeiro, então capital federal. Depois se tornou oficial do Gabinete do presidente Floriano Peixoto.

Deputado federal pelo Piauí por muitos anos até 1929 prestou relevantes serviços prestados ao seu estado natal, a Assembléia Legislativa do Estado, o homenageou, dando o seu nome a um dos municípios do estado, o município de Joaquim Pires (CASTELO BRANCO, 2006).

Quanto a situação geográfica, Joaquim Pires está situado na microrregião do Baixo Parnaíba, com área total de 702 km², distanciando da capital em linha reta, 189 km. Tem como limites ao norte, o município de Murici dos Portelas; ao sul, os municípios de Esperantina, Morro do Chapéu do Piauí e Batalha e São José do Divino; a leste, os municípios de Caraúbas do Piauí e Caxingó, e a oeste, o município de Luzilândia e o estado do Maranhão (ARAÚJO, 2006).

O clima é tropical, semi-árido quente, atingindo a temperatura média máxima de 35° C e a temperatura média de 28° C. A vegetação é constituída de campos, cerrados, floresta desidual secundária mista e em menor proporção de vegetação do parque.

Há predominância de solos concrecionários tropicais, constituindo as associações SCTZ, e também solos arenosos quartzosos, presentes na associação Agd5, solos hidráulicos, que ocorrem nas associações Lhd1 e Ae1. Observa-se também a alusidade em uma média anual de 1.570,41mm⁶.

Joaquim Pires possui um grande manancial hídrico que envolve importante rios, igarapés e lagoas, como: rio Parnaíba, rio Longá, Igarapé Grande, Igarapé Quebralinha, Lagoa do Cajueiro, Lagoa do Curralinho, Lago dos Espardaste, Lagoa do Papagaio, Lagoa da Boca da Caatinga, Lagoa do Sossego, Lagoa da Santana, Riacho das Almas e os açudes da Placa e do Jacaré, dentre outros.

4.3 POTENCIALIDADES DE USO TURÍSTICO DE BASE LOCAL DA LAGOA DO CAJUEIRO

O turismo associado aos espaços naturais hídricos é realizado com o auxílio de tecnologia que modifica esses espaços com infra-estruturação muitas vezes colocada somente devido à necessidade de “lucrar” com o potencial existente no local. Todavia, é importante ressaltar que a infra-estrutura turística pode e deve ser colocada nos recursos naturais, desde que limitando a capacidade de suporte dos geossistemas.

Conforme exposto anteriormente, a natureza é matéria-prima do turismo e, cada vez mais, vem proporcionando atrativos naturais para fortalecer economias locais. Segundo

⁶ Dados do escritório local do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí - EMATER – PI.

Coriolano (2007, p. 22), “os elementos encontrados na natureza, os bens naturais, após identificados e apropriados, são transformados em recursos naturais, por sua condição de recurso econômico, de produzir mercadorias”. Desse modo, a idéia de agregação do valor à natureza acaba sendo trabalhada para aumentar o consumo do produto turístico.

No turismo de base local, a busca dessa agregação de valor ao turismo é ressaltada pela autenticidade dos cenários naturais e culturais e pelo contato com a população dos lugares, o que Xavier (2008, p. 154) denomina como o “sentido do lugar”.

Quando se estuda a Lagoa do Cajueiro, o primeiro potencial turístico percebido no local é a sua beleza cênica, já que em toda a sua extensão, a lagoa é cercada por carnaubais que, junto com toda a flora existente, formam uma paisagem de beleza incomparável. Isso sem mencionar a quantidade de pássaros que formam um espetáculo a parte. Essa beleza é notória por 100% das comunidades pesquisadas.

Durante a pesquisa de campo, quando abordados sobre as possibilidades da Lagoa do Cajueiro como atrativo turístico, 100% dos pesquisados foram enfáticos com relação à beleza do local. Muitos dos que necessitam ir à lagoa todos os dias em função das suas necessidades diárias, relataram que “não cansam de ver a lagoa, do tanto que ela é bonita”.

Perguntou-se em que época do ano é melhor para visitar a lagoa, sendo que 50% dos pesquisados responderam que é na época das cheias, em virtude de a lagoa estar com um maior volume de água. Já 33,3% afirmaram que a melhor época é no período das secas, pois as altas temperaturas acabam por favorecer o banho, enquanto 16,7% acham que em qualquer época do ano se tem uma boa visão e atratividade para visitaçaõ da lagoa, como se verifica no gráfico 05, a seguir:

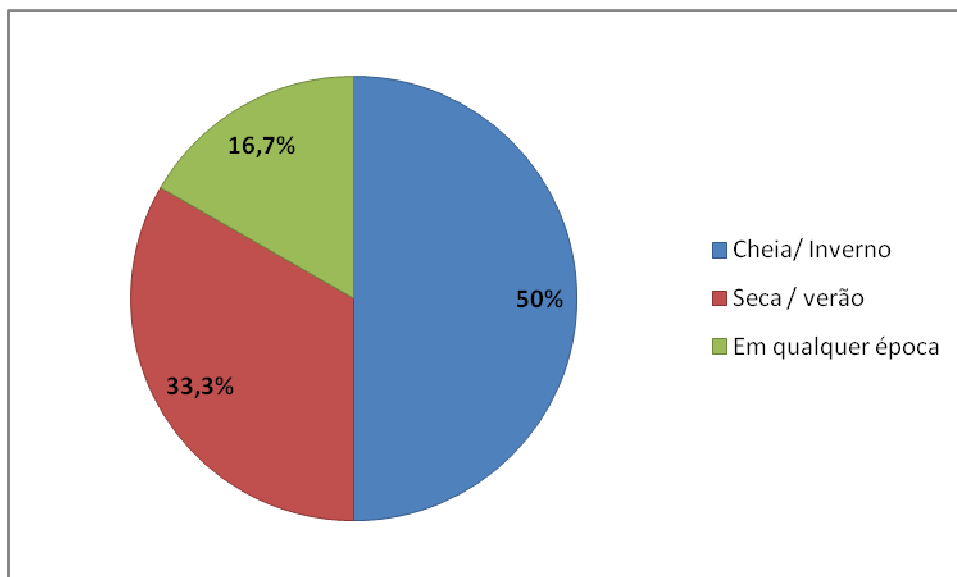


Gráfico 05: Distribuição percentual dos pesquisados quanto à opinião sobre a melhor época para visitar a lagoa.

Fonte: Pesquisa direta (outubro, 2008).

Sobre outros aspectos relacionados à visitação da lagoa, muitos citaram o pôr-do-sol, que atualmente já é usado como cartão postal pelo município de Joaquim Pires. Segundo opinião dos entrevistados, é um momento que, em qualquer época do ano que deve ser apreciado.



Figura 12: Beleza cênica da Lagoa do Cajueiro: 1 – Vista a partir do mirante do município de Joaquim Pires; 2 – Vista a partir da parte sul da Lagoa do Cajueiro.

Fonte: Araújo (2007)

Algumas áreas na margem da lagoa, como a mostra a figura 12, estão localizadas em partes altas, o que permite ao visitante, do alto, uma visão de toda a extensão da lagoa. Existem algumas casas cuja varanda pode se transformar em grandes pontos de observação, não só da beleza cênica da lagoa, mas também da fauna e da flora do local.

No aspecto cultural, durante todas as visitas de campo, percebeu-se que existem várias atividades do cotidiano que são grandes atrativos culturais como demonstrados na figura 13. Dentre as mais relevantes, pode-se citar a criação de abelhas para o cultivo do mel; a extração da palha de carnaúba, processo que já faz parte do atrativo cultural de outras localidades que já trabalham com o turismo de base local; a religiosidade característica da maioria dos municípios da região Nordeste que, junto com ela, traz a realização de eventos locais, como os festejos dos santos padroeiros de cada lugar, além do cotidiano das comunidades residentes. Tais aspectos podem ser trabalhados com a comunidade, ensinando-lhes e ensinando-as a melhor forma de trabalhar com eles.



Figura 13: Recursos culturais que agregam valor ao turismo de base local na Lagoa do Cajueiro: 1 - Extração da palha de carnaúba; 2 – Criação de abelhas; 3 – Religiosidade local; 4 – Cotidiano das comunidades locais.

Fonte: Araújo (2007)

Sobre a cultura local existente na região da lagoa, alguns aspectos forte podem ser trabalhados pelo turismo: as lendas contadas pelos pescadores locais. Dentre elas existe uma que chama a atenção. Segundo pescador local, existe na lagoa um lugar chamado “criminoso”, que obteve esse nome, segundo a lenda, devido um morador do município de Joaquim Pires que matou um homem e fugiu para esse lugar, o qual fica entre grandes pedras.

De acordo com a lenda, ele foi engolido por um tubarão que vive no meio das pedras. Alguns pescadores dizem que quando vão pescar a noite ainda escutam vozes, que atribuem ao fugitivo.

A pesca é outro recurso de bastante potencial da Lagoa do Cajueiro, devido à imensa diversidade de peixes existentes e à extensão da lagoa, podendo ser realizada de diferentes formas: individualmente ou em grupo, com a utilização dos barcos existentes no local (a maioria das casas localizadas na margem possui barco a remo, usado para o transporte); ou acompanhando a pesca feita pelos residentes, figura 14), que têm nessa atividade muitas vezes a sua principal fonte de renda, como já mencionado anteriormente neste trabalho (gráfico 04). O próprio criatório de peixes em tanques-rede que existe na lagoa pode ser um atrativo para esse segmento do mercado turístico. Com o acompanhamento de um guia que informe sobre o local, ele é capaz de despertar a curiosidade dos visitantes.



Figura 14: Comunidade local reunida para um dia de pesca.
Fonte: Araújo (2007)



Figura 15: Criatório de peixes na Lagoa do Cajueiro
Fonte: Autora (2008)

Uma tendência do turismo no Piauí, a qual está sendo bastante trabalhada pelos pequenos municípios piauienses são os eventos divulgadores dos produtos locais. Durante a pesquisa de campo ocorreu, no espaço “ilha”, à margem da lagoa, uma feira de exposição de caprinos, criação tradicional na região, feira essa que já integra o calendário anual de eventos. Esse evento, com o apoio da gestão local e de alguns parceiros, como o Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas do Piauí - SEBRAE, atraiu a Joaquim Pires várias pessoas das cidades circunvizinhas. O bode é o principal produto do evento, ocorrendo desde a eleição do melhor bode até a venda da gastronomia, que diversifica o seu cardápio também usando o bode como ingrediente principal.

Também é comum nos municípios do estado a realização de eventos que festejam a data dos seus padroeiros, o que também contribui com o turismo local, principalmente para a venda de produtos artesanais e da gastronomia local. Tais recursos podem ser trabalhados juntamente com o cotidiano e dessa forma gerar perspectivas de rendas para as famílias locais.

Um aspecto positivo da prática turística no entorno da lagoa do Cajueiro, está no fato desta ainda não ter sido desenvolvida na área de estudo, tornado-se capaz de planejar e organizar a atividade antes que ela seja efetivamente implantada.

4.4 ASPECTOS AMBIENTAIS DA LAGOA DO CAJUEIRO

O Piauí é composto por três unidades ambientais que, segundo Araújo (2006, p. 87), “correspondem a uma porção do espaço natural que apresenta uma certa identidade, ou seja, são áreas que se individualizam por apresentar uma homogeneidade na integração dos elementos que formam a paisagem”.

Destaque geoambiental e que afeta diretamente a área onde está localizada a Lagoa do Cajueiro as Bacias Difusas do Baixo Parnaíba, as quais se estendem desde o encontro do rio Poti com o Parnaíba até o início do braço Igarçu (entrada do Delta do Parnaíba), localizando-se, aproximadamente, entre as coordenadas 3° 17' e 5° 04' de latitude 42° 02' e 42° 59' de longitude. A área total é de cerca de 7.867 km², correspondendo a 3,12 % da área total do estado.

Os principais afluentes da margem direita do rio Parnaíba são o riacho Morro do Chapéu, que alimenta a Lagoa do Cajueiro, em Joaquim Pires; e o riacho Grande, que alimenta a lagoa da Estiva, no município de Porto (CASTELO BRANCO, 2006).

O estirão perene do Vale do Baixo Parnaíba envolve uma área de 93.100 km², com uma vazão anual em torno de 2.455 m³/s, apresentando uma disponibilidade hídrica superficial livre de 77,3 bilhões de m³ para descarga e recarga de aquíferos, dos quais o escoamento direto é da ordem de 36,7 %.

Segundo o Zoneamento Geoambiental executado pelo IBGE⁷, nas bacias do Baixo Parnaíba, ocorrem contatos entre savana e estepe e entre savana e floresta estacional. Entre os contatos savana/estepe, aparecem espécies como o murici, goiabinha, araçá, jatobá, pinhão, aroeira, etc. Entre os contatos savana/floresta estacional, ocorrem espécies como a aroeira, braúna, jatobá, pau-ferro, jacarandá, etc.

Na região das Bacias do Baixo Parnaíba ocorrem, em maior extensão, rochas sedimentares do Grupo Barreiras (arenito siltico argiloso e conglomeráticos), além das rochas da Formação Poti.

⁷ IBGE. Macrozoneamento Geoambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, n. 4. Coordenação de Margarete Prates Rivas. Rio de Janeiro/RJ, 1996. (Série Estudos e Pesquisas em Geociências)

Especialmente por ser um recurso natural, a Lagoa do Cajueiro necessita de um planejamento para sua utilização, pois um dos principais problemas ocorridos atualmente no local se refere ao acúmulo do lixo. Dentre as residências pesquisadas, 18% colocam o lixo a céu aberto, enquanto 52% queimam o lixo. É importante ressaltar que, em muitos casos, os moradores esperam que o lixo colocado a céu aberto se acumule em grande quantidade, para, após isso, queimá-lo. Somente em 30% das casas existe uma coleta de lixo que ocorre mais de uma vez por semana. Dentro deste percentual, 100% das casas de onde o lixo era coletado estão localizadas na sede municipal de Joaquim Pires.

Durante as observações diretas, detectou-se a presença de queimadas na margem da lagoa, fator que traz grande consequência ambiental. A maior parte delas é usada para queimar o lixo acumulado nas proximidades das casas, como mencionado. Isso ocorre devido à falta de esclarecimento por parte das comunidades e também pela ausência do serviço básico de coleta do lixo.



Figura 16: Prática de queimada no entorno da Lagoa do Cajueiro.
Fonte: Araújo (2007)

Um outro aspecto ambiental de vital importância é a mudança na água da lagoa, onde, na estiagem, devido à diminuição do volume de água, há uma maior concentração de impurezas, tornando mais difícil a coleta de água de boa qualidade. Em razão disso, mesmo com o risco de inundações nas casas situadas à margem da lagoa, muitos moradores preferem o período das chuvas.

Na parte da lagoa próxima a sede municipal de Joaquim Pires, existe um criatório de peixes (figura 15, p.84), trabalhado pela Associação de Pescadores de Joaquim Pires. Segundo as observações complementares constantes no formulário de coleta de dados, a ração utilizada pelo criatório está contribuindo para a mudança na água e causando um forte odor nas áreas próximas a sua instalação, fazendo com que as comunidades ali residentes reforcem o tratamento antes de utilizá-la. Conforme relatos, nas casas visitadas, há alguns anos, se usava a água da lagoa diretamente para todos os usos domésticos. Hoje, devido ela estar “mais grossa”, o cuidado na utilização da água tornou-se redobrado.

Outro impacto negativo no aspecto ambiental é a utilização indevida da água da lagoa para a lavagem de animais, carros e demais objetos pessoais pela população da margem e das casas situadas nas proximidades. Tal fator contribui para a degradação da margem da lagoa e também para uma poluição da água (figura 17).



Figura 17: Utilização da água da Lagoa do Cajueiro para lavagem de animais
Fonte: Araújo (2007)

Segundo Lustosa (2007), um outro dado importante revelado pelo Programa Comunidade Ativa, no aspecto ambiental, ressalta-se a importância da criação de estratégias relacionadas ao manejo racional do meio ambiente, com a implantação de 27 projetos abrangendo a região, através de lei municipal, como a criação de uma reserva ambiental de 50 há que foi elaborado pelo IBAMA, em 2002, tramitando no MMA, e o projeto do Parque Ambiental e do Parque Ecológico abrangendo o Morro do Chapeú e a Lagoa do Cajueiro.

Essa mesma informação também foi fornecida em entrevista com dirigentes locais, que reafirmam a existência do projeto de criação do parque e que o mesmo encontra-se atualmente em trâmite no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília.

4.5 PERCEPÇÃO DAS COMUNIDADES DO ENTORNO DA LAGOA SOBRE O TURISMO

Quanto à percepção da comunidade em relação ao turismo, quando questionados sobre se consideram a Lagoa do Cajueiro um atrativo turístico, 100% dos pesquisados responderam que sim, e, em muitos casos, se percebe um entusiasmo quando falam da beleza cênica, da imensidão e de características que transformam a lagoa em atrativo turístico.

Apesar disso, ainda é perceptível que a maioria dessas comunidades não compreende o que seja a atividade turística, ou essa compreensão ainda é muito limitada, conforme observado nos dados do gráfico 06.

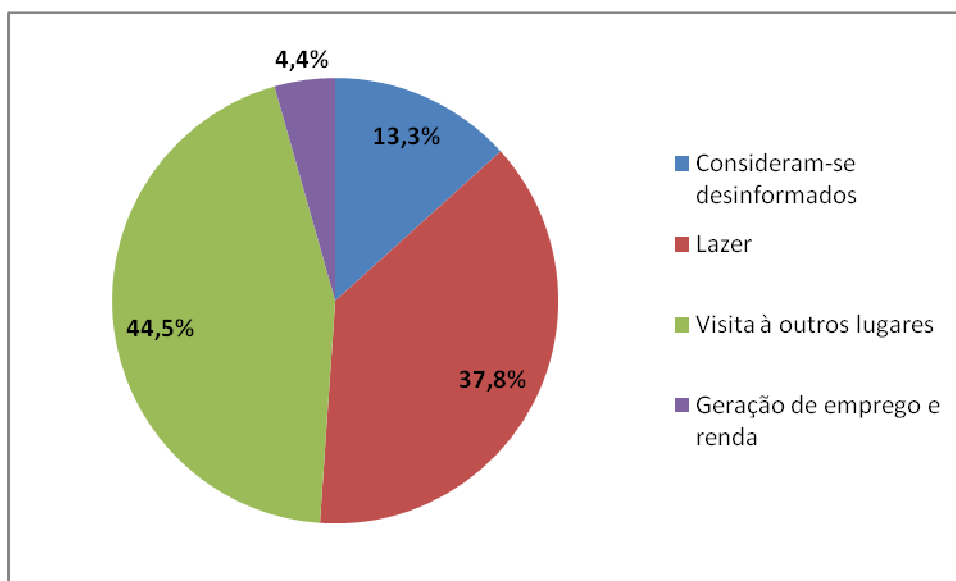


Gráfico 06: Distribuição percentual dos pesquisados quanto à percepção do que representa o turismo

Fonte: Pesquisa direta (outubro, 2008)

O maior índice foi o representado pelas pessoas que entendem o turismo como visita a outros lugares, chegando aos 44,5% do total pesquisado. Esse índice reforça o que fundamenta a OMT (2001), ao afirmar que a idéia de deslocamento é a que mais representa a atividade turística. Em seguida, 37,8% relacionam o turismo com prática de lazer, pois,

muitas vezes, a lagoa é a principal distração das comunidades que se localizam nas suas proximidades. Logo após vem um percentual de 13,3% que se consideram desinformados sobre o turismo, percentual alto, porém compreensível, haja vista que a prática ainda é quase que inexistente naquela região, especialmente na área rural dos dois municípios. E somente 4,4% entendem o turismo como um gerador de emprego e renda, fator de ênfase na atual política nacional de turismo do Brasil.

Uma parte muito interessante desta pesquisa se verifica exatamente quando se questionou as comunidades acerca de o turismo ajudar ou atrapalhar a vida do residente. Uma grande parcela considerou que o turismo pode contribuir para a sua vida (77,41%), pensamento que vem da idéia de que quanto mais visitas a região receber, mais conhecida ela fica, contribuindo assim para atrair mais recursos e investimentos. Já 16,13% acreditam que “tanto faz”, argumentando que o turismo não vai influenciar no seu cotidiano, especialmente naquelas casas que se localizam nas áreas mais afastadas da margem da lagoa. E, completando, apenas 6,46% avaliam que o turismo pode prejudicar a sua vida, justificando que a atividade pode trazer poluição à água da lagoa, afetando diretamente as suas condições de vida.

Considerando o alto índice de contribuição que a atividade turística pode trazer, as principais justificativas foram:

- O turismo pode dar mais “força” ao município;
- Quanto mais visitantes a região tiver, maior a possibilidade de desenvolvimento;
- O turismo pode tornar o local mais conhecido;
- Quanto mais as pessoas conhecem a lagoa, mais podem auxiliar na sua preservação;
- O turismo traz uma melhoria da qualidade de vida, no momento em que ele pode trazer a energia elétrica e outros equipamentos e serviços àquelas comunidades;
- O turismo pode possibilitar uma alternativa de renda.

Quando indagados sobre a elaboração de produtos com o uso de matéria-prima local, 75,9% dos pesquisados responderam que não utilizam tal matéria-prima, enquanto 24,1% confirmaram essa utilização. Dentre os que responderam de forma afirmativa, 6,8% produzem

vassoura de palha de carnaúba, 13,8% apontaram a produção de doces regionais e 3,5% usam a palha da carnaúba para confecção de produtos. A fabricação desses produtos é para utilização própria, ou seja, para consumo da família. Doces regionais e vassouras são vendidos somente quando feitos em quantidade acima da utilizada por eles.

Nas observações diretas feitas no entorno da Lagoa do Cajueiro, verificou-se a predominância de carnaubais em toda a sua margem, no entanto a atividade da extração de carnaúba ainda é pouco realizada no local. A gestão local considera que, com a chegada do turismo, a produção de manufaturados que utilizam essa palha possa ser estimulada, propiciando até mesmo que algumas famílias formem associações que venham a fortalecer tais produtos locais para a venda aos turistas. Percebe-se, pois, que essa prática contribui para um desenvolvimento endógeno, uma vez que a atividade turística incrementa a produção existente, além de estimular a confecção de novos produtos com matéria-prima local, já que há diversidade de espécies vegetais com potencial de aproveitamento de sementes para produção de biojóias e outros produtos similares.

O PCA já havia trabalhado essa vocação do artesanato local, representado pela confecção das redes sol-a-sol, varandas de *crochet*, bordados e artefatos confeccionados com a palha de milho, no município de Joaquim Pires em 2002. Tal programa foi extinto quando mudou o governo de Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula, porém a fabricação se manteve através da Secretaria Municipal de Assistência Social (LUSTOSA, 2007).

Outra forma de desenvolver as comunidades do entorno se dá através da sua inclusão no turismo receptivo. Quando inquiridos sobre essa possibilidade, 74,07% das famílias afirmaram que gostariam de participar da atividade turística, pois consideram que a mesma trará benefícios a elas, enquanto 25,93% não demonstram interesse em participar. O percentual afirmativo foi dirigido à questão sobre de que forma eles optariam em participar da atividade, cujo resultado está no gráfico 07.

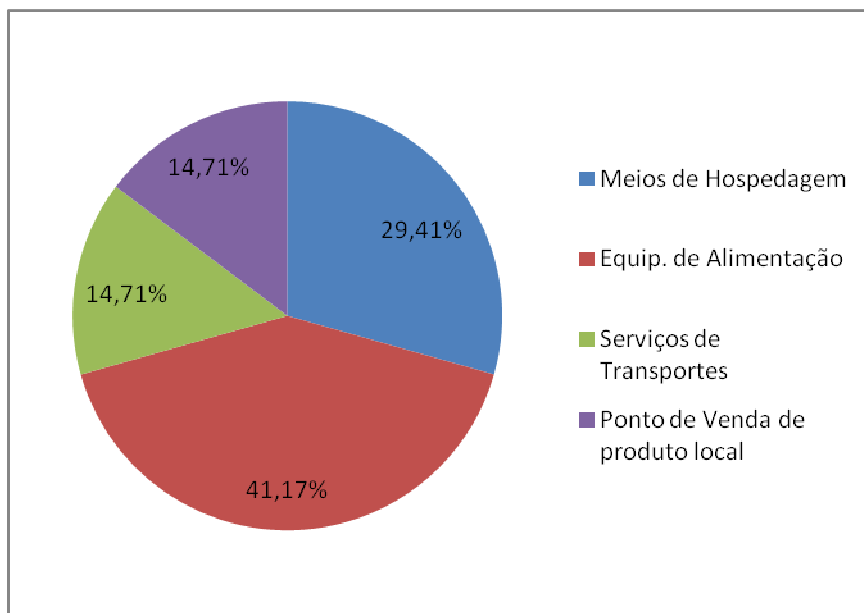


Gráfico 07: Distribuição percentual dos pesquisados segundo formas de intenção de participar em atividades relacionadas ao turismo.

Fonte: Pesquisa direta, (outubro, 2008)

A maioria dos pesquisados optou por fornecer serviços de alimentação, informando que a casa não teria condições de hospedagem e que seria mais fácil trabalhar somente com alimentação. Já 14,71% preferiram o serviço de transporte, pois também utilizam a lagoa como via de locomoção diária e, devido a muitas casas estarem situadas à margem já possuírem o barco a remo, essa condição as favorecendo assim, essa forma de inclusão. O percentual que elegeu a sua participação através da venda de produto local foi de 14,71%, o menor das opções mencionadas. Isso está relacionado ao fato de poucas famílias fabricarem produtos com matéria-prima local.

As famílias que escolheram os serviços de meios de hospedagem foram 29,41%, sendo que algumas delas estão localizadas em pontos elevados da margem da lagoa, com vista privilegiada e acesso fácil ao atrativo. Entretanto, parte delas explicitou que, para trabalhar com esse serviço, precisaria melhorar a estrutura de suas casas, as quais atualmente não se encontram em condições de receber os turistas. No entanto, uma das principais características do turismo rural é exatamente o fato de que não são necessárias infra-estruturas sofisticadas para desenvolver a atividade turística, já que a principal motivação dos turistas é a vivência cotidiana das comunidades locais. Essa troca de experiência se torna, assim, um fator positivo tanto para quem visita quanto para quem recebe.

Perguntou-se também aos moradores se eles estariam dispostos a investir em suas casas para hospedar visitantes, ao que 70,9% responderam que sim, enquanto 29,1%, que não,

indicando que a comunidade do entorno da Lagoa do Cajueiro se mostra altamente disposta a participar da atividade.

Dentre os aspectos positivos que, na percepção das comunidades, o turismo pode trazer destacam-se os que constam no quadro 04:

ASPECTOS POSITIVOS DA CHEGADA DO TURISMO	
Energia elétrica	5,71%
Tornar a localidade mais conhecida	28,57%
Trazer mais pessoas ao município	14,29%
Trazer mais recursos	11,44%
Possibilidade de conhecer pessoas de outros lugares	14,28%
Gerar desenvolvimento local	25,72%

Quadro 04: Distribuição percentual dos aspectos positivos que o turismo pode trazer, segundo a percepção dos pesquisados.

Fonte: Pesquisa direta (outubro, 2008)

O quadro 04 mostra que 28,57% dos pesquisados considera que, como fator positivo, o turismo pode fazer com que a localidade se torne mais conhecida, e, quanto mais conhecida uma localidade, maiores são as possibilidades de desenvolvimento. O desenvolvimento local foi mencionado por 25,72% das respostas demonstrando que comunidades entendem o turismo também como propulsor de desenvolvimento local. Em 14,29% das respostas mencionou-se o fato de que o turismo traz mais pessoas ao município, sendo que a possibilidade de conhecer pessoas de outros lugares, possibilitando a troca de conhecimento, experiências e valores culturais foi lembrada por 14,28%.

Um percentual de 5,71% vê no turismo a oportunidade para a chegada da energia elétrica, sendo que todas as famílias que citaram esse aspecto positivo estão localizadas em áreas onde não existe o serviço e onde há carência muito grande no que se refere à infraestrutura básica. Espera-se que os programas que abrangem recursos para o desenvolvimento turístico proporcionem o acesso a infraestrutura básica pelos residentes dessas áreas.

De outro lado, quando indagados sobre os aspectos negativos que, na percepção deles, o turismo pode trazer, obtivemos as seguintes respostas:

ASPECTOS NEGATIVOS DA CHEGADA DO TURISMO	
Poluição da água	46,67%
Atrapalhar a pesca / criação de peixes	13,34%
Poluição Sonora	13,33%
Lixo	10,00%
Degradação da Lagoa	3,34%
Insegurança	3,32%
Não souberam responder	10,00%

Quadro 05: Distribuição percentual dos aspectos negativos que o turismo pode trazer, segundo a percepção dos pesquisados.

Fonte: Pesquisa direta (outubro, 2008)

Em virtude da grande dependência que as comunidades do entorno têm da água da Lagoa do Cajueiro, a maior preocupação delas é com a poluição dessa água. Esse é um aspecto negativo apontado por 46,67% dos pesquisados, os quais acreditam que o aumento de visitantes e a intensificação das práticas turísticas, especialmente do turismo náutico, podem acarretar tal poluição. Outro aspecto negativo relevante é o fato de que o turismo pode atrapalhar a pesca e a criação de peixes, apontado por 13,34%, ressaltando que são atividades econômicas de 15% dessas famílias conforme mostrado anteriormente, no gráfico 04. Outro percentual de destaque foi o de famílias que não souberam responder sobre os aspectos negativos do turismo, 10%, percebendo a atividade mais com aspectos positivos do que negativos.

A comunidade tem compreensão do turismo como favorável ao desenvolvimento da região, mas precisa ser preparada para essa atividade, pois os aspectos negativos que vêm junto com a atividade turística ainda não são dimensionados por essas comunidades.

As perspectivas de desenvolvimento turístico da Lagoa do Cajueiro são, portanto, favoráveis ao turismo de base local, já que ali há características que podem ser trabalhadas de forma que a comunidade do entorno consiga se beneficiar dos efeitos positivos do turismo.

O fato de o turismo no estado do Piauí ainda estar iniciando os seus passos e, especificamente, a atividade turística na região da Lagoa do Cajueiro ainda ocorrer de forma tímida propicia ao local a possibilidade de planejar a atividade com a participação da comunidade, a qual se torna a principal protagonista nas ações a serem implantadas durante esse processo.

As comunidades se mostraram favoráveis à implantação do turismo, mas medidas de impactos ambientais devem ser tomadas preventivamente em decorrência da dependência que tais comunidades têm desse recurso natural. Desse modo, programas de preparação da comunidade e de fortalecimento dos produtos locais como agregação de valor ao turismo de base local pode ser uma alternativa para o melhor aproveitamento da atividade turística pelos residentes, sempre condizendo com as bases teóricas e com as medidas de implantação sugeridas no turismo de base local.

5 CONCLUSÃO

A Lagoa do Cajueiro possui diversidade natural suficiente para se tornar atração turística, desde a beleza cênica até as práticas de ecoturismo e esportes da natureza que podem ser realizadas em toda extensão da lagoa. Embora em pequena escala, já existe ali o turismo regional, especialmente no espaço conhecido como “Ilha”, localizado próximo à zona urbana de Joaquim Pires, sendo que esse espaço é também utilizado para eventos como feiras, shows e diversas atrações que são direcionadas a população do município e das cidades circunvizinhas.

As famílias do entorno vivem em condições bastante deficitárias, habitando casas que, em sua maioria, são feitas de adobe e telha, com piso de cimento batido, em terras que não são de propriedade dos moradores. As comunidades localizadas na parte norte da lagoa não recebem o fornecimento de energia elétrica, nem os serviços de saneamento básico. Nesses, residem famílias numerosas, que sobrevivem da pesca, da roça e de uma pequena criação de suínos, galináceos, caprinos e bovinos. Nas casas situadas à margem urbana de Joaquim Pires, ocorre melhoria da estrutura física, o que contribui para uma qualidade de vida superior à das situadas nas áreas rurais, provavelmente resultante do acesso à infra-estrutura básica municipal.

Há um grande percentual de habitantes nas comunidades que não completou o ensino fundamental, o que é preocupante, mas tal realidade mostra-se em processo de mudança já que grande número de crianças freqüentando as escolas circunvizinhas.

Apesar de a Lagoa do Cajueiro pertencer aos dois municípios, Luzilândia e Joaquim Pires, a maior parte das comunidades, mesmo as que se encontram na área rural de Luzilândia, utilizam os serviços existentes na cidade de Joaquim Pires, por esta situar-se na margem da lagoa, e dessa forma, passam a utilizá-la como via de transporte ligando essas comunidades do entorno à cidade de Joaquim Pires, sendo comum encontrar, nas casas situadas à margem, canoas a remo, principal veículo de locomoção.

Como já mencionado, as atividades econômicas praticadas pelas comunidades são bastante restritas, constituindo-se basicamente da agricultura e da pesca, esta última praticada ainda de forma artesanal, exceto pelo criatório de peixes instalado próximo à sede de Joaquim Pires. A agricultura é praticada com técnicas rudimentares, sendo realizada principalmente na

época das chuvas, quando se planta milho, feijão e outros poucos produtos apenas para subsistência. Não se encontra fabricação de produtos com matéria-prima local, nem atividades complementares além das já especificadas acima, apesar de o Programa Comunidade ativa já ter auxiliado na produção de redes-de-dormir e bordados em algumas áreas do município de Joaquim Pires.

Nos aspectos ambientais, com relação às localidades que margeiam a Lagoa do Cajueiro, destaca-se o alto grau de dependência destas, da água da lagoa. Usam-na para todos os afazeres domésticos e ainda, em alguns casos, está relacionada às atividades principais das famílias como no exemplo da pesca. Além dessas utilidades, a água também é usada para consumo próprio, tornando a preocupação com a preservação ambiental um fator extremamente importante.

De alguma forma, todos os municípios que buscam no turismo uma alternativa de geração de renda devem, em primeiro lugar, realizar um estudo de impactos ambientais para que se possa planejar a administração e execução correta da atividade.

A presença de queimadas, principalmente nas proximidades da margem da lagoa, sendo que isso se deve à preparação da terra para a agricultura de subsistência. Também é comum na extensão da lagoa a lavagem de animais e até mesmo de carros, atividades que contribuem para a degradação da Lagoa do Cajueiro e não são tomadas medidas de proteção à lagoa.

Como recurso natural, a lagoa é dona de imensa beleza cênica, com carnaubais espalhados por toda a sua extensão e possui uma visão, tanto no sentido de dentro para fora da lagoa, percebidas através do passeio de barco, como de fora para dentro da lagoa, especialmente em partes mais altas, localizadas em algumas áreas próximas à margem, que formam um cenário paisagístico. Devido a sua grande extensão (18,4 km), tem como possibilidades o desenvolvimento de várias práticas turísticas como trilhas, pesca esportiva, esportes náuticos, etc., e também pode ser realizado turismo educativo com a observação e reconhecimento da fauna e flora local.

Além do recurso natural, há também a parte cultural, que pode ser desenvolvida no cotidiano das comunidades do entorno, além de características culturais típicas da região como estruturas das casas, capelas e lendas. A extração da palha de carnaúba, presente no entorno da lagoa, pode ser acrescida no roteiro de desenvolvimento turístico cultural, além da

convivência com os autóctones, considerada um dos principais atrativos para a prática desse segmento do turismo.

A comunidade local tem poucos conhecimentos a respeito do que seja a atividade turística, relacionado-a, na maioria das vezes, com o deslocamento de pessoas de um lugar para outro. Mesmo assim, se dispõem a participar do turismo receptivo, através da condução de visitantes, ampliação das suas casas para a oferta de hospedagem e serviços de alimentação, com pontos de vendas de produtos locais. Também pode ser possível a inclusão das comunidades através de fabricação de produtos manufaturados, como os que tenham por matéria-prima a palha de carnaúba e de outros vegetais, além da fabricação de doces regionais.

Nas famílias pesquisadas, um relevante percentual mostrou-se favorável a futuros investimentos por parte governamental para que possam hospedar visitantes, pois vêem no turismo uma atividade que pode contribuir, mais do que atrapalhar, já que pode trazer, segundo a percepção dos pesquisados, desenvolvimento. Eles justificam que um número maior de pessoas para visitação faz com que o lugar se torne mais conhecido, tornando-o mais desenvolvido.

Em se tratando de um número maior de visitantes, segundo os pesquisados, isso pode transformar-se num impacto negativo que o turismo pode trazer, pois, segundo eles, se não planejado, juntamente com os visitantes, o turismo trará também à poluição da água e não aproveitamento correto dos recursos naturais.

Para desenvolver a atividade turística de forma sustentável no entorno da Lagoa do Cajueiro, sugerem-se as seguintes medidas:

No âmbito ambiental:

- Criar uma legislação ambiental de proteção e uso da Lagoa para o aproveitamento sustentável da mesma. Existe até um projeto iniciado pelo município de Luzilândia, com a proposta da criação de um Parque Ambiental que envolva toda a área da Lagoa do Cajueiro, o pode ser feito também através de acordos entre os dois municípios dos quais ela faz parte;
- Fiscalizar as queimadas contínuas nas margens da lagoa, incentivando uma maneira mais sustentável de práticas agrícolas e de tratamento do lixo;

- Efetuar o cálculo de capacidade de suporte tanto no que se refere ao número de visitantes/dia, quanto nos tipos de atividades a serem desenvolvidas ali, em parceria com órgãos já existentes no município, como o EMATER;
- Mapear pontos de acesso turístico, limitando as áreas com maior sensibilidade ambiental;
- Incentivar a preservação através de palestras de conscientização da importância da Lagoa do Cajueiro para aquelas comunidades, utilizando as escolas municipais e as associações civis já organizadas nos dois municípios;
- Conscientizar os pequenos agricultores do correto manuseio das práticas agrícolas para que estas não prejudiquem a qualidade da água da lagoa.

No âmbito sociocultural:

- Estimular a revitalização de atividades culturais;
- Criar um calendário de eventos locais, priorizando aqueles que têm base em aspectos da cultura local;
- Registrar, em forma de documento que fique disponível à comunidade, lendas e histórias que foram construídas por relatos de pescadores e moradores locais.

- No âmbito turístico:

- Incluir os conhecimentos básicos sobre a atividade turística nas escolas municipais, o que, inicialmente, pode ser feito através de oficinas de conhecimento e práticas de lazer que possibilitem o conhecimento do produto a ser trabalhado;
- Estimular a produção e venda de artesanato usando a matéria-prima local;
- Efetuar um cadastro das famílias que estão dispostas a trabalhar com a atividade turística, assinalando as formas de sua inclusão;
- Dotar de infra-estrutura e sinalização as possíveis formas de acesso aos pontos turísticos situados nos diversos espaços da lagoa;
- Estimular a visitação de todas as partes da lagoa, não concentrando as atividades numa área específica;
- Diversificar a oferta a ser trabalhada na área com diferentes segmentos do turismo, como o turismo de pesca, lazer, cultural, rural e outros a serem diagnosticados;

- Trabalhar a mobilização social juntamente com uma gestão compartilhada entre os dois municípios – Luzilândia e Joaquim Pires (PI);
- Criar uma campanha de *marketing*, primeiramente em nível estadual, aproveitando que a lagoa foi eleita por uma emissora de TV uma das Sete Maravilhas do Piauí. Depois do produto estruturado, a campanha pode ser estender para os âmbitos regional e nacional;
- Por fim, elaborar planos de desenvolvimento turístico, como o Plano Diretor de Turismo do município, indicado para todas as cidades acima de 20.000 habitantes, e o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDTIS.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Luis Lopes. **15 fotos**. Digital color, 2006.

ARAÚJO, José Luis Lopes (coord.). **Atlas escolar do Piauí: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2006.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (org.). **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – relatório Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008.

BARROS, Eneas do Rêgo. **Piauí, terra querida**. 2. ed. Brasília, DF: Editora Gráfica Ipiranga, 2007.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENI, Mario Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo, SP: Aleph, 2006.

BOULLÓN, Roberto. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUCS, 2002.

BRAGA et al. **Introdução à engenharia ambiental**. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Zoneamento Ecológico Econômico do Baixo Parnaíba**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Site <<http://www.mma.gov.br>>. Acessos diversos em 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Site <<http://www.turismo.gov.br>>. Acessos diversos em 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil 2007-2010**. Brasília: MTUR, 2007.

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CASTELO BRANCO, Francisco das Chagas. **História de Joaquim Pires**. 2006. Mimeografado.

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e natureza: um estudo para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

_____. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

ENDRES, Ana Valéria. Sustentabilidade e ecoturismo: conflitos e soluções a caminhos do desenvolvimento. **Revista Turismo em Análise**, v.9, n. 1, maio de 1998.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo, SP: Roca, 2002.

FUNDAÇÃO CEPRO. Comparativo de indicadores da pesquisa de demanda turística em Teresina nos períodos de alta estação: janeiro a julho de 2002. **Carta CEPRO**. Teresina: Fundação CEPRO, v. 22, jul./dez.2003.

GOOGLE EARTH.1 Mapa. Color. Escala Indeterminável. Disponível em: <<http://www.googleearth.com>>. Acesso em: 16 out.2007.

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

IBGE. **Macrozoneamento Geoambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**, n. 4. Coordenação de Margarete Prates Rivas. Rio de Janeiro/RJ, 1996. (Série Estudos e Pesquisas em Geociências)

IRVING, Marta de Azevedo; MENDONÇA, Teresa Cristina de Mendonça. Turismo de Base Comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **I Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 4, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, Carlos Ferreira. Evidências e perspectivas do turismo no Piauí. **Carta CEPRO**. Teresina: Fundação CEPRO, v. 20, set./dez.2001.

LUSTOSA, Elvira Maria Batista. **Programa comunidade ativa: análise da implantação e resultados da estratégia de indução do desenvolvimento local integrado e sustentável nos municípios piauienses de Alto Longá, Joaquim Pires e Morro do Chapéu**. 2007. 159 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

MONTEIRO, Jaqueline de Oliveira; MONTEIRO, Jéssica de Oliveira. Turismo, comunidade e preservação: a importância de práticas sustentáveis na localidade de Barro do Furado. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais**, Eixo 4. Fortaleza, CE: Instituto Terramar e Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, 2008. CD ROM.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do mercado turístico**. 2. ed. Tradução Andréa Favano. São Paulo, SP: Roca, 2001.

MOURA, Anna Karla Cavalcante; GARCIA, Lorely Gomes. Turismo sustentável: viabilidade da proposta, insustentabilidade do discurso oficial. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 10., 2007, João Pessoa. **Anais Identidade Cultural e Desenvolvimento Local**, Tomo II. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2007. p.1088-1098.

NASCIMENTO, Antonio Ciro Neves do; CARVALHO, Jairon.Costa. O turismo comunitário como fator de desenvolvimento local: o caso da comunidade Barro Vermelho - Parnaíba/PI.

In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais**, Eixo 4. Fortaleza – CE: Instituto Terramar e Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, 2008. CD ROM.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Introdução ao Turismo**. Trad. Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo, SP: Roca, 2001.

PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. **Programa de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste**. 2007. Disponível em < <http://www.seplan.pi.gov.br>>. Acesso em 24/04/2007.

QUEIROZ, Odaléia Telles. **Atividades Turísticas e Recursos Naturais**. In: QUEIROZ, Odaléia Telles (org). Turismo e ambiente: temas emergentes. Campinas, SP: Alínea, 2006.

RESENDE, Letícia Antunes. **Crescimento econômico e desenvolvimento endógeno do turismo**. In: XAVIER, Herbe; OLIVEIRA, Lívia de (orgs.). Dimensões ambientais: a sustentabilidade do turismo. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

_____. **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. 2. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Estudos regionais: geografia e história do Piauí**. Teresina: Halley S.A. Gráfica e Editora, 2004.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

RUSCHMANN, Dóris; SOLHA, Karina. (orgs.). **Planejamento Turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Trad. Margerete Dias Pulido. São Paulo, SP: Aleph, 2000. v. 1.

_____. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. Trad. Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph, 2000.v. 2.

_____. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. Trad. Saulo Krieger. São Paulo, SP: Aleph, 2000. v. 5.

TEIXEIRA, Elder Lins. **Gestão da Qualidade em Destinos Turísticos**. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 1999.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói (editor). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

VASCONCELLOS, Évertton. Machado. **Desenvolvimento Sustentável Local: o Caso de Canela**. 2002. 95 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. **[Turismo e Desenvolvimento Sustentável]**. 2002. Disponível em:
<<http://jasper.rc.unesp.br/corumbatai/vd/cp06/index.htm>>. Acesso em: 6/08/ 2007.

XAVIER, Herbe; OLIVEIRA, Livia (orgs.). **Dimensões ambientais: a sustentabilidade do turismo**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

APÊNDICE – FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO



Este formulário tem como objetivo obter dados referentes à pesquisa intitulada **O turismo como propulsor para o desenvolvimento sustentável de pequenas localidades: um estudo da utilização da Lagoa do Cajueiro (PI) pelas suas comunidades do entorno.** Os resultados serão utilizados para estudos de casos no TROPEN/UFPI e não haverá qualquer referência não autorizada à pessoa pesquisada.

Mestranda: Gracimar Sousa Cunha Tavares

Profº. Orientador: José Luis Lopes Araújo

I – ASPECTOS SOCIAIS DOS ENTREVISTADOS.

Nome do Entrevistado: _____

Nome da comunidade: _____

Município: _____

1. Dados Pessoais do Entrevistado:

1.1. Sexo: () Masculino () Feminino

1.2. Idade: () 15 a 19 () 20 a 29 () 30 a 45 () 46 a 55 () 56 a 65 () acima de 65

1.3. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) /Junto () Separado(a)/Divorciado () Viúvo(a)

1.4. Escolaridade:

() Analfabeto () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo

() Médio Incompleto

() Médio Completo () Superior Incompleto () Superior Completo

2. Nº de pessoas na família: _____

3. Condições de posse da terra onde mora:

3.1. () Própria 3.2. () Arrendada 3.3. () Cedida (morador)

3.4. () Outra: _____

3.5. Tempo em que reside no local: _____

4. Condições da casa:

4.1. Características

PAREDE		COBERTURA	PISO
Tipo	Reboco		
<input type="checkbox"/> Taipa	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Palha	<input type="checkbox"/> Chão batido
<input type="checkbox"/> Adobe	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Telha	<input type="checkbox"/> Cimento
<input type="checkbox"/> Tijolo	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> Ladrilho
<input type="checkbox"/> Outro _____			<input type="checkbox"/> Cerâmica

4.2. Local da higiene pessoal (banheiro):

☐ Interno à casa ☐ Externo à casa ☐ Não tem ☐ Outro _____

4.2.1. Possui fossa? Não ☐ Sim ☐

4.2.2. Possui vaso sanitário? Não ☐ Sim ☐

4.3. Nº de cômodos: _____

5. Acesso aos serviços de infra-estrutura básica:

5.1. Água: ☐ Rede de distribuição ☐ Chafariz ☐ Poço Cacimbão ☐
Cisterna ☐ Lagoa do Cajueiro ☐ Outro: _____

5.1.1. Como é feito o tratamento da água?

☐ Filtrada ☐ Fervida ☐ Clorada ☐ Coadada ☐ Colocada “para dormir” ☐ Sem tratamento

5.2. Residência ligada à rede de energia elétrica? Não ☐ Sim ☐

5.3. Destino do lixo:

☐ Queimado ☐ Céu aberto ☐ Enterrado ☐ Coleta

5.3.1. Se for coleta, qual a periodicidade?

☐ 1 vez na semana ☐ Mais de 1 vez na semana ☐ Quinzena ☐ Outro: _____

5.4. Utiliza qual meio de transporte para deslocar-se de casa à sede municipal ou outras cidades vizinhas?

() Animal () Carro utilitário () Bicicleta () Carro passeio () barco/
canoa () Moto () Outro _____

II - SITUAÇÃO ECONÔMICA

6. Atividades Econômicas:

6.1. Qual a principal atividade econômica? _____

6.2. Exercem outras atividades secundárias?

Não () Sim () Se sim, qual(is)? _____

6.3. Elabora algum produto com a utilização de matéria-prima local?

Não () Sim ()

(especificar matéria-prima e produto)

6.3.1. O(s) produto(s) destina(m)-se:

() Ao consumo próprio () À venda

6.4. Formação da renda

6.4.1 Principal fonte da renda familiar: () Produção agrícola () Outra atividade

6.4.2. Faixa da renda: _____

6.4.3. Atende às necessidades da família? Não () Sim ()

III – PRÁTICA TURÍSTICA NA LAGOA DO CAJUEIRO

7. Lagoa do Cajueiro

7.1. Conhece toda a Lagoa do Cajueiro?

Não () Sim ()

7.2. Utilização da Lagoa do Cajueiro:

() Agricultura (irrigação). [] venda [] consumo

() Agricultura (arroz irrigado por inundação). [] venda [] consumo

() Pesca com tarrafas. [] venda [] consumo

() Pesca com redes. [] venda [] consumo

F – faixa da renda

1 - menos 1 salário

2 – de 1 a menos 2 salários

3 – de 2 a menos 3 salários

4 – de 3 a menos 5 salários

5 – de 5 salários a mais

() Criatório de peixes. [] venda [] consumo

() Transporte () Lazer

() Lavagem de Roupas

() Consumo próprio de água

() Outro(a):

8. Considera a Lagoa do Cajueiro um atrativo turístico?

Não () Sim ()

8.1. Se sim, em que época do ano aconselharia a melhor visitação?

9. Acha que o turismo pode contribuir ou atrapalhar a sua vida?

() Contribuir () Atrapalhar

Justifique:

10. Já recebeu visitas de pessoas querendo conhecer a Lagoa do Cajueiro?

Não () Sim ()

10.1. Se sim, com que frequência?

() Diária () Semanal () Quinzenal () Mensal () Semestral

() Anual

10.2. Origem dos visitantes:

() Localidades próximas [comunidades circunvizinhas]

() Demais municípios do Piauí () Demais estados

() Outros. Especificar _____

11. Turismo

11.1. O que você entende por turismo?

() Considera-se desinformado sobre o turismo

() Lazer

() Visita a outros lugares

() Geração de emprego e renda

() Outro (a) _____

11.2. Gostaria de participar do turismo receptivo?

Não () Sim ()

11.3. Se sim, de que forma?

() Oferecendo meios de hospedagem

() Oferecendo equipamentos de alimentação

() Exercendo atividade como condutor de visitantes

() Oferecendo serviço de transporte (passeios)

() Instalando ponto de venda de produto local (artesanato)

() Outra. Descrever:

12. Dispõe-se a investir na sua residência para hospedar visitantes, como incentivo ao turismo?

Não () Sim ()

Justifique: _____

13. Aspectos positivos que o turismo pode trazer:

14. Aspectos negativos que o turismo pode trazer:

15. Conhece alguma lenda ou história relacionada com a Lagoa do Cajueiro? Não () Sim ()

Se sim, relate-a.

IV – SITUAÇÃO AMBIENTAL

16. Distância (aproximadamente), em metros, da residência até a Lagoa do Cajueiro:

17. O que você acha da necessidade de conservar e/ou preservar a natureza?

18. Você considera que as práticas agrícolas utilizadas respeitam a natureza? Não () Sim ()

Justifique_____

19. Você gosta de apreciar a natureza?

Não () Sim ()

Justifique_____

20. Observações complementares.

